

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
4.5 - Processos sigilosos relevantes	21
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
4.7 - Outras contingências relevantes	23
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	25
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	26
5.3 - Descrição dos controles internos	27
5.4 - Alterações significativas	28
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	29

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	30
6.3 - Breve histórico	31
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	34
6.6 - Outras informações relevantes	36

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	37
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	38
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	42
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	43
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	45
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	46
7.8 - Políticas socioambientais	47
7.9 - Outras informações relevantes	48

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	49
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	50
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	51
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	52

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	53
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	54
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	55
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	56
9.2 - Outras informações relevantes	57

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	58
10.2 - Resultado operacional e financeiro	73
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	75
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	76
10.5 - Políticas contábeis críticas	86
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	94
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	95
10.8 - Plano de Negócios	96
10.9 - Outros fatores com influência relevante	97

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	98
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	99

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	100
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	103
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	105
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	106
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	107
12.7/8 - Composição dos comitês	110
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	111

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	112
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	126
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	127
12.13 - Outras informações relevantes	128

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	129
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	132
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	136
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	138
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	139
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	140
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	141
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	142
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	143
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	144
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	145
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	146
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	147
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	148
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	149
13.16 - Outras informações relevantes	150

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	151
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	153

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	154
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	161
14.5 - Outras informações relevantes	162
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	163
15.3 - Distribuição de capital	171
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	172
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	173
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	174
15.7 - Principais operações societárias	175
15.8 - Outras informações relevantes	176
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	177
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	178
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	179
16.4 - Outras informações relevantes	180
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	181
17.2 - Aumentos do capital social	182
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	183
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	184
17.5 - Outras informações relevantes	185
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	186
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	187

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	188
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	189
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	190
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	191
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	192
18.8 - Títulos emitidos no exterior	193
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	194
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	195
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	196
18.12 - Outras informações relevantes	197
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	198
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	199
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	200
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	201
20.2 - Outras informações relevantes	202
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	203
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	206
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	210
21.4 - Outras informações relevantes	211

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fábio Mazzini

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

Atualmente o cargo de Diretor Presidente está vago.

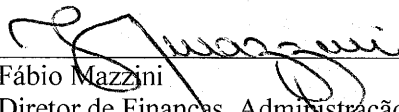


1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fábio Mazzini, Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores da Mangels Industrial S.A., em atendimento ao anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, declaro que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômica financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Bernardo do Campo, 18 de maio de 2017.


Fábio Mazzini
Diretor de Finanças, Administração
e Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Período de prestação de serviço	01/01/2014
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Intermediárias (ITR), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (IFRS).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários e despesas: R\$306.974,41
Justificativa da substituição	Nos últimos três exercícios sociais, não houve substituição de auditoria.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Rafael Domingues Barros	01/01/2014	251.488.588-42	Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, Berrini, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-011, Telefone (11) 38865100, e-mail: rafael.barros@br.gt.com

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	-293.428.185,93	-298.025.586,22	-154.387.872,33
Ativo Total	363.757.876,46	397.192.800,49	417.624.875,35
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	427.532.301,02	427.476.569,26	449.940.755,71
Resultado Bruto	45.289.750,94	33.695.013,35	46.684.154,07
Resultado Líquido	4.597.772,35	143.637.966,17	-44.355.293,57
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	5.783.212	17.349.638	17.349.638
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-50,738272	-17,177626	8,898622
Resultado Básico por Ação	0,795021	-8,279018	2,556554

3.2 - Medições não contábeis

Informações consolidadas

	Em milhares de R\$		
	2016	2015	2014
Resultado operacional próprio	5.259	(4.622)	(14.601)
(+) Depreciação e Amortização	18.903	20.124	19.598
EBITDA	24.162	15.502	4.997

O EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) à suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições. Estas características, no entendimento da Companhia tornam o EBITDA uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus negócios.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Companhia entende, no entanto, que o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados fatores, que poderiam afetar, de maneira significativa, o Lucro líquido da Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nenhum evento subsequente relevante ocorreu após a publicação das Demonstrações Financeiras.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2016	2015	2014
Regras sobre a retenção de lucros	<p>Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA.</p> <p>De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembléia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.</p>	<p>Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA.</p> <p>De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembléia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.</p>	<p>Nos termos da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações ("LSA"), os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. Nos termos do artigo 193 da LSA, assim como no Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido será destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no parágrafo primeiro do artigo 193 da LSA.</p> <p>De acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, fica estabelecido que o saldo será destinado à reserva para aumento de capital, até atingir o limite de 80% do capital social, a menos que a Assembléia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.</p>
Valores das retenções de lucros	<p>A Assembleia Geral Ordinária de 2017, deliberou pela aprovação da proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício de 31 de dezembro de 2016 no total de R\$4.597.772,35, apresentado nas Demonstrações Financeiras, de modo que o valor foi utilizado na absorção</p>	<p>Na Assembleia Geral Ordinária de 2016, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.</p>	<p>Na Assembleia Geral Ordinária de 2015, em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado foi destinado a conta de prejuízos acumulados.</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	do prejuízo acumulado.		
Regras sobre a distribuição de dividendos	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.	De acordo com o Art. 32 do Estatuto Social da Companhia, 25% (no mínimo) do lucro líquido ajustado devem ser destinados a distribuição de dividendos, porém de acordo com o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, de dezembro/2014, as Recuperandas não distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.
Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”	De acordo com o Art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria poderá: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. As condições acima descritas, não estão sendo aplicadas, devido o Art. 8.11 do Plano de Recuperação Judicial de dezembro/2014, conforme mencionado em “Regras sobre a distribuição de dividendos”

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não distribuiu dividendos.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não declarou dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2016	0,00	Outros índices	20,70000000	Dívida Líquida / EBITDA. A Companhia utiliza o indicador financeiro Dívida Líquida sobre EBITDA, por entender que é um indicador mais adequado para suas operações.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		225.961,59	5.428.338,19	114.659.046,49	950.753,57	121.264.099,84
Empréstimo	Quirografárias		0,00	10.420.068,54	76.413.836,00	318.887.092,42	405.720.996,96
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Crédito Fiduciário	1.033.697,50	3.261.214,06	2.574.145,91	1.544.487,54	8.413.545,01
Total			1.259.659,09	19.109.620,79	193.647.028,40	321.382.333,53	535.398.641,81
Observação							

A Assembléia Geral de Credores realizada em 17 de novembro de 2016, aprovou o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial onde estabeleceu a repactuação da dívida.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as

4.1 - Descrição dos fatores de risco

jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

CENÁRIO ECONÔMICO - 2016

No ambiente internacional, os mercados estão finalizando as apurações para os fechamentos de 2016 atentos aos riscos políticos que assombam todos os continentes. Indicadores da economia real têm trazido sinais de preocupações. Soma-se evidências de uma melhora mais disseminada da economia global, puxada principalmente pelo desempenho das economias desenvolvidas.

Fatores pontuais da economia nos Estados Unidos apontam para um PIB crescente de 1,6% em 2016. Houve uma acentuada piora de 0,3% da projeção em relação ao indicador divulgado em outubro de 2016 pelo FMI, causada pela alta taxa de desemprego.

Na China, o resultado projetado do PIB do quarto trimestre reforça a estabilização da economia verificada neste ano, acumulando quatro trimestres seguidos com expansão acima de 6%. Assim, a meta de crescimento de 6,7% do PIB poderá até ser cumprida em 2016.

Internamente os juros continuam em patamares elevados, há dificuldade de controle das contas públicas. A baixa atividade econômica, provoca forte compressão na rentabilidade das empresas. A arrecadação de impostos pelo governo ficou comprometida, o que força a urgência do ajuste fiscal, principalmente aprovando as reformas da Previdência e do Trabalho. O PIB projetado para fechar 2016 é uma retração de -3,5%.

As atividades da Companhia estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, sendo que a queda de atividade destes setores teve forte influência na Companhia e especialmente no PIB nacional. Vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas no ano de 2016, tiveram queda de 11%, 17,5% e 30%, respectivamente em comparação ao ano anterior.

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais que sejam individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas.

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Não há processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

Descrevemos os processos que, quando considerados em conjunto, são relevantes em função do valor envolvido e de acordo com avaliação de nossos assessores legais possuem a classificação de risco de perda como possível e não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- i) PIS E COFINS - Compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 4,69 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2016.
- ii) CPMF – Compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 5,33 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2016.
- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 6,39 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2016.
- iv) Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 1,46 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2016.

b) *Previdenciárias*

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 5,56 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2016.
- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso.

O montante envolvido é de R\$ 6,58 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2016.

c) *Cíveis*

A Companhia é parte em três ações cíveis, entre as quais duas no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 3,86 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2016.

A Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não apresenta outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não aplicável, pois a Companhia é de origem Brasileira.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos. No entanto, possui normas internas que norteiam a gestão de riscos, aprovadas pelo Comitê Financeiro, formado por membros do Conselho de Administração, da Diretoria e da Gerência Financeira.

Essas normas, tem por objetivo:

1. Exposição cambial de caixa;

- a. a saldo de caixa deve ser suficiente para cobrir 12 meses de obrigações a pagar em dólares;
- b. em caso de excesso de caixa, a Tesouraria irá transferir o valor para o Brasil mensalmente.

2. Compliance para movimentação financeira;

- a. Risco de concentração (sobre disponível)
- b. Risco de crédito (sobre disponível)
- c. Risco de liquidez
- d. Risco de ativos

3. Antecipações estratégicas a fornecedores.

Todas as antecipações estratégicas a fornecedores devem ser aprovadas previamente pela Diretoria.

As informações pertinentes constam no item 5.1 deste relatório de referência.

A Companhia efetua análise contínua do resultado das operações e riscos, sendo suportada pela Auditoria Interna, tendo suas Demonstrações Financeiras analisadas pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e revistas pelo Conselho Fiscal.

Os controles internos são supervisionados pela Auditoria Interna, conforme procedimentos existentes.

Não houve deficiências e recomendações sobre os controles internos apontados pelos auditores independentes.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	18/09/1959
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/12/1971

A Mangels foi fundada em 1º de outubro de 1928 por dois imigrantes alemães, Max H. H. Mangels Jr. e Heinrich Kreutzberg. Como o Brasil daquela época ainda não dispunha de sistemas de abastecimento de água, os sócios logo vislumbraram uma grande oportunidade de trabalho: fabricar baldes em aço galvanizado, item até então importado da Europa.

Com um produto tão simples, nascia também a vocação da Empresa de alinhar-se permanentemente às transformações e atender às reais demandas do mercado.

A primeira fábrica da Mangels foi construída no Bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, e até 1969 continuou como a única unidade fabril da empresa.

O mundo vivia momentos conturbados, como a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a sucessão de acontecimentos que, anos depois, iriam dar início à 2ª Guerra Mundial.

Já em 1932 a Empresa empreendia seu primeiro programa de diversificação produtiva, passando a fabricar ferragens para as linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica criadas pela Light para um país que iniciava seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento.

E o mercado se modificava. Para acompanhar o novo cenário e reforçando sua vocação pioneira, a Mangels dava início em 1938 à produção de botijões para a distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo, o GLP.

No início dos anos 50, com a chegada de Max E. Mangels e Peter Mangels, a Empresa passaria a ser comandada por uma nova geração da família de seus fundadores. Naquela década, o País seria governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek que, sob o lema “50 anos em 5”, privilegiou os investimentos nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Foi a partir de seu incentivo que, em 1958, tiveram início as atividades da indústria automobilística brasileira.

Mais uma vez, a Mangels provava estar conectada com seu tempo, e passava a produzir rodas e autopeças, selando também seu compromisso de qualidade com os mais rigorosos padrões internacionais de fabricação.

Em 1969, a Mangels iniciava seu programa de expansão em duas frentes: a inauguração de sua segunda fábrica, em São Bernardo do Campo, para produção de tiras de aço e a aquisição das empresas Bratal Ferro e Aço e Laminação Panambra. Instalava também o primeiro Centro de Serviços de Aço da América Latina, localizado junto à unidade fabril de aços relaminados. Em 1970, iniciava a fabricação de novos modelos de rodas de aço e fazia já as primeiras exportações destes produtos para os Estados Unidos.

A partir de 1971, a Empresa abre seu capital e passa a ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 1972, inaugura sua terceira fábrica, a de Cilindros para GLP, em Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Em 1974, adquire mais uma companhia, a Laminação Baukus, voltada à laminação de tiras de aço com avançada tecnologia em ligas e aços tratados termicamente.

Atuando em segmentos altamente exigentes e qualificados, a Mangels logo se tornou sinônimo de qualidade. Foi este reconhecimento que permitiu à Empresa conquistar novos mercados com seus produtos diferenciados. Assim, a Mangels passou a exportar cerca de 15% de sua capacidade, principalmente para os países desenvolvidos, mercado caracterizado pelos elevados níveis de exigência.

Marcando mais uma vez seu pioneirismo e vocação básica de inovação, a Mangels instala em 1989 uma nova fábrica de rodas de liga leve de alumínio, em complementação às rodas de aço. É nesse período que

6.3 - Breve histórico

passa a ser estruturada em Unidades de Negócio, com a criação de três divisões: Divisão Aços, Divisão Rodas e Divisão Cilindros.

Essas mudanças ocorreram justamente com a nomeação de Robert (Bob) Mangels à Presidência, representante da terceira geração da família que dirige a Empresa desde a sua fundação.

No Brasil, a década de 90 foi marcada por profundas transformações, como a abertura dos mercados, o aumento de competitividade e o início da incorporação do processo da globalização. O novo executivo promove uma profunda reestruturação, dando foco às atividades eleitas para o “core business”: Aços, Rodas e Cilindros. Os demais negócios foram vendidos ou encerrados.

Um amplo programa de modernização fabril teve também início. Entre os anos de 1994 e 2000 a Mangels investiu mais de US\$ 70 milhões objetivando, principalmente, o aumento de qualidade e produtividade. A fábrica da Mooca, que ainda detinha a atividade de galvanização, foi desativada e transferida para Guarulhos, em São Paulo. Além disso, foram inauguradas as oficinas de requalificação da Divisão Cilindros, passo essencial para que a Mangels pudesse oferecer aos seus clientes um completo rol de produtos e serviços. Também neste período a Empresa obteve a certificação ISO 9000 em suas três divisões.

Foi nessa época também que Robert Mangels passou a implementar uma filosofia de gestão de pessoas baseada nos princípios da liderança participativa, da ética e, acima de tudo, da transparência. Na visão do gestor, este modelo garante a excelência profissional, a valorização e o contínuo aprimoramento dos colaboradores da Mangels.

Em 2003, a Mangels aderiu ao segmento especial denominado Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, formalizando seu compromisso de transparência e uniformização nas informações prestadas ao mercado. Hoje, a Mangels conta com cinco fábricas, localizadas nos municípios de São Bernardo do Campo e Guarulhos, em São Paulo, e Três Corações, em Minas Gerais (fábricas 1 e 2 da Divisão Rodas e fábrica da Divisão Cilindros). Seu escritório central está localizado no Bairro da Chácara Santo Antônio, na Cidade de São Paulo, onde se concentram as atividades financeiras e administrativas.

Em julho de 2006, foi definido o novo plano estratégico da Empresa, para o período de 2007 a 2011, que tem como foco os negócios de maior potencial de crescimento e rentabilidade, a simplificação da gestão, a capacitação dos recursos humanos, e como prioridade absoluta à melhoria operacional e o atendimento aos nossos clientes.

No ano de 2007 a Mangels anunciou a implementação do maior plano de investimentos trienal de sua história, contemplando aumento de capacidade de produção na Divisão Rodas, em Minas Gerais, que em 2006 produzia 1,3 milhão de rodas de alumínio por ano, passando para 1,75 milhão no final de 2007; ampliação e modernização da fábrica de aços relaminados, em São Bernardo do Campo, construção de uma planta nesta mesma cidade do ABC paulista, para atendimento dos seus clientes do centro de serviços de aços e o início da construção de outra fábrica na Zona Franca de Manaus.

Em 2008 a Mangels completou 80 anos. Além desse fato marcante, o ano também teve destaque pelos investimentos realizados. Como parte do plano de investimentos trienal, a Mangels em 2008 investiu R\$ 82,9 milhões, atingindo a soma de R\$ 122,6 milhões de investimentos desde 2007. Foi inaugurada em dezembro de 2008 a nova unidade do centro de serviços de aço na Zona Franca de Manaus, para atendimento dos clientes de Manaus e toda a região Norte. Esta nova unidade fabril tem capacidade anual de produção de 77 mil toneladas de aço.

6.3 - Breve histórico

De acordo com a estratégia adotada em 2006, os investimentos da Empresa têm sido direcionados principalmente para as Divisões Aços e Rodas. Juntamente com a unidade de Manaus, da Divisão Aços, foram adquiridos diversos equipamentos para a fábrica de São Bernardo do Campo para aumento de capacidade produtiva e de produtividade. A Divisão Rodas recebeu novas máquinas e equipamentos destinados a melhorias de produtividade e qualidade, merecendo menção especial, a linha de pintura horizontal, que propiciará a Mangels fornecer rodas de alumínio para os mercados de países desenvolvidos, visto que esta linha atenderá aos mais elevados padrões de exigências técnicas mundiais.

Os investimentos no ano de 2010 somaram R\$ 66,9 milhões, voltados principalmente para o aumento de eficiência produtiva e para aquisição das quotas representativas de 100% do capital da Superfície Ltda e

E.Koga & Cia. Ltda., que atuam, respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

Em 2011, os principais investimentos foram para a construção da nova linha de decapagem no Negócio Aços, a aquisição de equipamentos na linha de usinagem e reciclagem de cavacos de alumínio no Negócio Rodas, e para a construção da nova Requalificadora de botijões de GLP na Bahia, inaugurada em agosto de 2011 pelo Negócio Cilindros.

Para enfrentar esses desafios de 2012, a Companhia tomou medidas expressivas. Os negócios de Galvanização foi vendida e o de Aços em São Bernardo do Campo, que operava com margens de lucro insatisfatórias estava em fase de descontinuação.

Como parte de um processo de reestruturação financeira, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitindo à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

O decreto de encerramento da Recuperação Judicial se deu em 14 de março de 2017, conforme detalhado no ítem 6.5 deste Relatório de Referência.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Companhia informa a seus acionistas e ao mercado em geral que ajuizou em 1 de novembro de 2013, em conjunto com suas controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E.Koga & Cia. Ltda., na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Não obstante os esforços da Administração junto a credores na busca por alternativas para o equacionamento da difícil situação econômico-financeira pela qual passa a Companhia, o pedido de Recuperação Judicial tornou-se inevitável diante do insucesso na renegociação de suas dívidas junto às instituições financeiras em termos que permitissem a adequada continuidade das atividades industriais do Grupo Mangels.

O ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial pelo Grupo Mangels, tradicional fornecedor dos segmentos de autopeças e cilindros para GLP, visa preservar o valor do conjunto empresarial representado, atender na medida dos recursos disponíveis às partes interessadas e, principalmente, assegurar a continuidade de suas atividades produtivas com pleno aproveitamento de seu potencial de negócios.

Em 22/11/2013 foi deferido, pelo M.M.Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital do Estado de São Paulo, o processamento da recuperação judicial. A KPMG Corporate Finance Ltda. foi nomeada administradora judicial.

A aprovação oficial do Plano de Recuperação Judicial da Mangels se deu em dezembro de 2014, sendo que a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano no dia 5, a decisão homologatória da Recuperação Judicial foi proferida no dia 10, e a publicação no Diário da Justiça Eletrônica se deu no dia 15.

Os detalhes do Plano de Recuperação Judicial foram divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Quanto ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem seguindo com rigor e disciplina todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores, entretanto, apesar de a Companhia ter logrado um fluxo de caixa operacional positivo e crescente desde a data do pedido da Recuperação Judicial nossas projeções para os próximos anos mostraram fluxos positivos, porém abaixo dos pagamentos contemplados no Plano de Recuperação Judicial. Diante desta situação, a Companhia apresentou o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em 21 de setembro de 2016.

A Assembleia Geral de Credores aprovou em 16 de novembro de 2016 o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Com este Aditivo ao Plano de R. J., a Companhia pretende (i) continuar honrando os compromissos junto a todos os credores; (ii) preservar as atividades; e (iii) manter-se como fonte geradora de riquezas, tributos e principalmente empregos.

Os detalhes do aditivo também encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

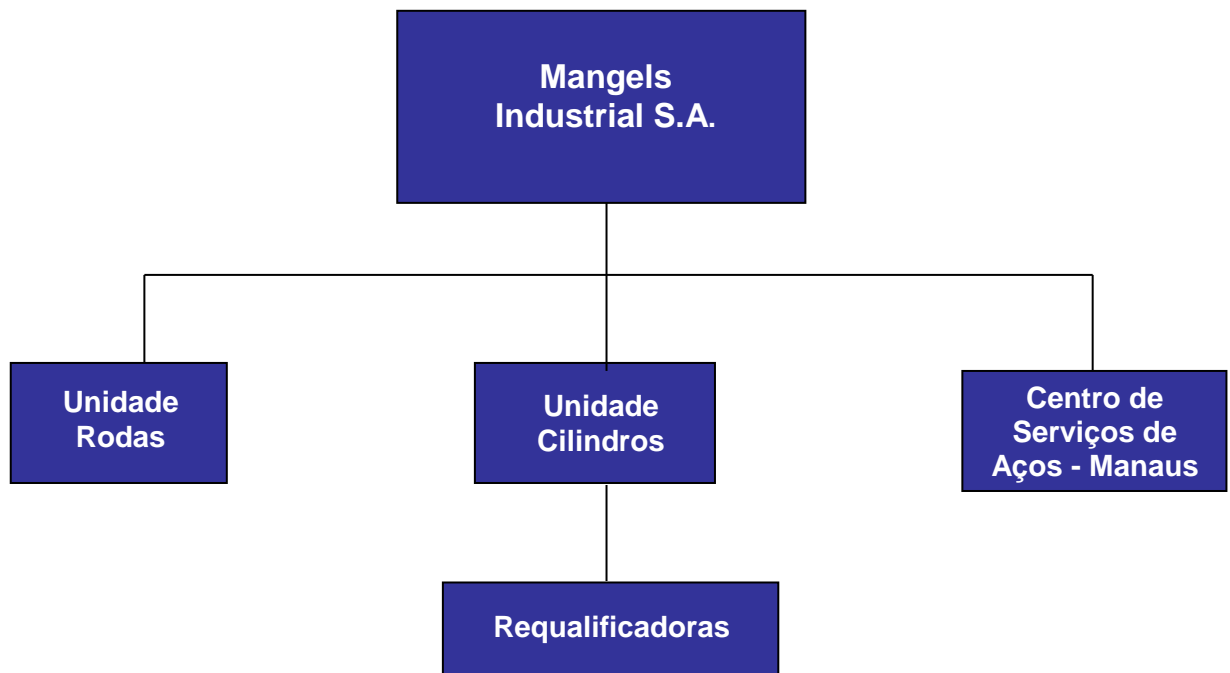
Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1º opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- *Unidade Rodas*: Situada em Três Corações (MG);
- *Unidade Cilindros*: Situada em Três Corações (MG).
- *Centro de Serviços de Aços*: Instalado em Manaus (AM);



7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

- *Unidade Rodas:* a fábrica produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- *Cilindros:* a fábrica é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura.
- *Centro de Serviços de Aços:* o segmento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido.

A tabela abaixo apresenta as informações por segmento da Companhia, destacando a participação de cada um na receita líquida e no lucro líquido:

	Rodas	Cilindros	Aços - Manaus	Consolidado
Receita operacional líquida	238.245	163.255	26.033	427.533
% do segmento na receita líquida consolidada	56%	38%	6%	100%
Lucro líquido / Prejuízo do período	(6.738)	11.593	(257)	4.598
% do segmento no lucro líquido consolidado	-147%	252%	-6%	100%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

Rodas

O processo padrão para fabricação de alumínio envolve:

- Fundição
- Usinagem
- Acabamento
- Embalagem

Cilindros

- Botijões novos (Recipientes para acondicionamento de GLP)
Material utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, tratamento térmico, pintura e teste do produto.
- Requalificação de Botijões:
Processo: serviços de inspeção, troca de alça e base, repintura e fixação de selo para revalidação de botijões.
Este serviço é uma exigência legal da Agência Nacional do Petróleo para Botijões, onde todo novo botijão deve voltar para requalificação após 15 anos de vida e depois de 10 em 10 anos consecutivamente.
- Tanques de ar para sistema de freio de caminhões e ônibus para montadoras.
Material Utilizado: aço carbono recebido em bobinas.
Processo: corte, conformação, soldas, teste e pintura.

Centro de serviços de aços – Manaus

Os processos de corte circular, recorte e aplainamento, atendem à exigentes especificações e seu moderno sistema de controle de produção oferece lead-time mínimo e garantia de entrega.

b. Características do processo de distribuição

Rodas

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

Cilindros

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

Centro de serviços de aços – Manaus

O processo de distribuição é feito pela própria empresa. As vendas são operacionalizadas por profissionais próprios e representantes. Não possuímos centros de distribuição.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c. Características dos mercados de atuação, em especial

i. participação em cada um dos mercados

Rodas

Mercado nacional: 86%

Exportação: 14%

Cilindros

Mercado nacional: 98%

Exportação: 2%

Centro de serviços de aços – Manaus

Mercado Nacional: 100%

d. Eventual sazonalidade

Rodas

O desempenho das operações da unidade de negócios de Rodas, sofre diretamente reflexos das variações do mercado automotivo. No exercício de 2016, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), houve uma queda de 11% neste mercado, comparado com o exercício de 2015.

Cilindros

O desempenho das operações da unidade de negócios de Cilindros, sofre reflexos das empresas que atuam no setor de GLP e do mercado de veículos pesados.

Em 2016, no setor de GLP, houve aumento na demanda de botijões novos e redução nos serviços de requalificação, quando comparado ao exercício anterior.

O mercado de veículos pesados, caiu fortemente, provocando uma queda de 17% nas vendas de reservatório de ar, impactando seriamente a rentabilidade do produto.

Centro de serviços de aços – Manaus

O desempenho das operações da unidade de negócios de Aços, sofre influências das indústrias de motocicletas e automóveis leves, sendo que a retração de ambos resultou na queda da receita em 2016.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos e matérias primas comprados são: Aço, Alumínio e Zinco, e não estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Na compra de Aço a relação com os fornecedores é de longo prazo e as Usinas no Brasil não negociam contratos formais.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Para a compra de nossa matéria prima e insumo, existem poucos e grandes fornecedores, o que limita a concorrência, com conseqüente volatilidade de preços. A contratação destes fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental

iii. eventual volatilidade em seus preços

Na compra de Aço, os preços acompanham movimentos internacionais da commodity, já os preços do Alumínio, acompanham movimentos internacionais estabelecidos pela London Metal Exchange – LME.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. Montante total de receitas provenientes do cliente****b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

<u>Cliente</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>% Receita líquida total</u>	<u>Segmento operacional</u>
Grupo Toyota	75.036	17,55%	Rodas
Grupo Ultra	61.469	14,38%	Cilindros
Grupo Honda	59.051	13,81%	Rodas
Outros clientes	231.977	54,26%	-
Total receita líquida	427.533	100,00%	

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Unidade Rodas (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (SUPRAM, IGAM e FEAM), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Cadastro Técnico Estadual na FEAM, Alvará de Funcionamento na Prefeitura Municipal de Três Corações, Alvará de Funcionamento junto a Vigilância Sanitária de Três Corações, Licença de Funcionamento no Departamento de Polícia Federal, Certificado de Registro no Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, Licença de Atividade de Empresa Empresa junto a Polícia Civil de Minas Gerais e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

Centro de serviços de aços - Manaus

Licenças Ambientais junto aos Órgãos Ambientais (IPAAM, SUFRAMA), Cadastro Técnico Federal no IBAMA, Alvará de Funcionamento na Prefeitura de Manaus e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Mangels, por meio das Unidades de Rodas e Aços (Três Corações – MG), compromete-se com a seguinte Política:

- Fornecer produtos com qualidade, preço e prazo competitivos, de forma ética e atender a todos os requisitos aplicáveis aos produtos e seus processos de manufatura;
- Assegurar a parceria com clietes e fornecedores;
- Prevenir a poluição, minimizando ou controlando o consumo de recursos naturais, as emissões atmosféricas, o lançamento de efluentes líquidos e a geração de resíduos;
- Prevenir acidentes e doenças ocupacionais, preservando a saúde e a integridade física dos colaboradores e contratados;
- Aprimorar a qualidade de vida no trabalho e na comunidade
- Garantir o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Atender à legislação e outros requisitos aplicáveis aos seus Aspectos Ambientais, Saúde & Segurança e Responsabilidade Social;
- Melhorar continuamente a eficácia do sistema de Gestão Integrada.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Unidade Rodas (Três Corações – MG)

Política de Gestão Integrada em atendimento aos requisitos da Norma ISO 14001 / OHSAS 18001.

Unidade Aços (Três Corações – MG)

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

Centro de serviços de Aços - Manaus

Não se aplica, pois não temos dependência para o desenvolvimento das atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
- c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

O quadro abaixo demonstra a receita operacional nos mercados interno e externo, por unidade de negócio e sua participação na receita líquida total da Companhia no exercício de 2016.

	2016				
	Rodas	Cilindros	Centro de serviços de aços - Manaus	Total	% ROL
Mercado interno	203.985	159.816	26.035	389.836	91,2%
Mercado externo (América do Sul e Central)	34.260	3.437	-	37.697	8,8%
	<u>238.245</u>	<u>163.253</u>	<u>26.035</u>	<u>427.533</u>	<u>100,0%</u>

A Companhia esta sujeita a legislação específica de cada país onde atua com os riscos relativos de cada operação internacional, incluindo regulamentações.

7.8 - Políticas socioambientais

- a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais**
b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Compromisso com a sustentabilidade é um valor importante para a Mangels. Estamos profundamente preocupados com a necessidade de preservar o meio ambiente, garantir a segurança dos nossos associados e proporcionar uma maior qualidade de vida para todos através de atividades socialmente responsáveis, não só no local de trabalho, mas também nas comunidades mais amplas que servimos. A sustentabilidade portanto, é fundamental, abrange tudo, desde as práticas de negócios até as tecnologias utilizadas na fabricação de nossos produtos. Comprometemo-nos a respeitar a integridade do meio ambiente, dos nossos colaboradores e das comunidade que nos acolhem.

A Mangels também busca incentivar práticas sustentáveis entre nossos clientes e fornecedores. Isso inclui a participação em prêmios de sustentabilidade, visando melhorar os ambiente naturais e sociais no local de trabalho de uma forma que incentive nossos associados no uso consciente dos recursos.

Social

Na Mangels a certificação SA 8000 demonstra o cuidado com as questões sociais e do bem-estar dos colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas. Além disso, estamos engajados e envolvidos com as comunidades do entorno e promovemos ações sociais, como realização anual da campanha do agasalho, realizamos também a doação mensal de cestas básicas para entidades carente na cidade de Três Corações.

Meio ambiente

A Mangels tem uma gestão voltada para a preservação ambiental, é certificada pela ISO 14001, e busca continuamente desenvolver ações no dia a dia que permitam gerar menor impacto ambiental. A Mangels busca, ainda, reduzir constantemente a geração de efluentes líquidos e de resíduos, assim como o consumo de energia e de água, reafirmando assim o compromisso com as novas gerações e com um planeta mais sustentável.

Segurança

Segurança é compromisso e responsabilidade que a Mangels renova diariamente, e a segurança nos processos e a proteção às pessoas são objetivos comuns em todos os negócios da Empresa. O trabalho contínuo em Segurança, a implantação de indicadores, os monitoramentos de risco e a certificação OHSAS 18001 demonstram o comprometimento com a prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

Atualmente, a Companhia não publica relatório de Sustentabilidade.

- c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não se aplica

- d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

As informações estão disponíveis no site da Companhia:
www.mangels.com.br

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Campanhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

Todas as informações relevantes estão mencionadas no item 9.1 (a), 9.1 (b) e 9.1 (c).

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
TERRENO COM AREA = 404.399,00 M2 - CILINDROS	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
EDIFICIO FABRICA DE CILINDROS E TANQUES	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
MAQUINA P/ESMAGAR PART.ALUMINIO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
INSTRUMENTO P/ FUSAO DE CAVACOS HIRARO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO SECADOR MOD. IDEX	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO TIPO POCO FUNCAO TRATAMENTO TERMICO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
LINHA DE PINTURA AUTOMATICA RODAS	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO DE NORMALIZACAO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
FORNO TRATAMENTO TERMICO CONTINUO	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria
CENTRO DE USINAGEM - CILINDROS	Brasil	MG	TRÊS CORAÇÕES	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existiam ativos intangíveis relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17	-	Controlada	Brasil	PR	Araucária	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)

Valor mercado

31/12/2016	130,682335	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2016	1.484.099,51
31/12/2015	139,602782	0,000000	0,00		
31/12/2014	267,011310	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa adquirida em 18/10/2010 com a finalidade de atuar no setor de destroca de vasilhames de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Produção de artefatos estampados de metal	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)

Valor mercado

31/12/2016	-5,262846	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2016	24.219.302,78
31/12/2015	3,077502	0,000000	0,00		
31/12/2014	14,102047	0,000000	0,00		

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa constituída em 29/11/2006 com a finalidade de abrigar uma fábrica na Zona Franca de Manaus, p/ fabricação e comercialização de artefatos de ferro e aço, assim como peças para indústria automobilística.

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

2016

DESTAQUE:

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1ª opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

CENÁRIO ECONÔMICO - 2016

No ambiente internacional, os mercados estão finalizando as apurações para os fechamentos de 2016 atentos aos riscos políticos que assombram todos os continentes. Indicadores da economia real têm trazido sinais de preocupações. Soma-se evidências de uma melhora mais disseminada da economia global, puxada principalmente pelo desempenho das economias desenvolvidas.

Fatores pontuais da economia nos Estados Unidos apontam para um PIB crescente de 1,6% em 2016. Houve uma acentuada piora de 0,3% da projeção em relação ao indicador divulgado em outubro de 2016 pelo FMI, causada pela alta taxa de desemprego.

Na China, o resultado projetado do PIB do quarto trimestre reforça a estabilização da economia verificada neste ano, acumulando quatro trimestres seguidos com expansão acima de 6%. Assim, a meta de crescimento de 6,7% do PIB poderá até ser cumprida em 2016.

Internamente os juros continuam em patamares elevados, há dificuldade de controle das contas públicas. A baixa atividade econômica, provoca forte compressão na rentabilidade das empresas. A arrecadação de impostos pelo governo ficou comprometida, o que força a urgência do ajuste fiscal, principalmente aprovando as reformas da Previdência e do Trabalho. O PIB projetado para fechar 2016 é uma retração de -3,5%.

As atividades da Companhia estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, sendo que a queda de atividade destes setores teve forte influência na Companhia e especialmente no PIB nacional. Vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas no ano de 2016, tiveram queda de 11%, 17,5% e 30%, respectivamente em comparação ao ano anterior.

PERSPECTIVAS PARA 2017

Foi sinalizada através do boletim Focus, base Março de 2017, crescimento de 0,48% do PIB para 2017. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 4,62% e a queda dos juros. Já existem poucos sinais de crescimento, inflação em queda e corte dos juros, tentam frear o aumento do desemprego no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,10 e R\$3,30 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (janeiro de 2017), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção do PIB no Brasil em 2017, reduzindo para 0,2%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual atualizado. O Fundo manteve a estimativa de crescimento do Brasil em 2018, para 1,5%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial manterá o crescimento de 3,4% em 2017, abaixo da projeção apresentada na última atualização do relatório de novembro de 2016. Isso se deve à desaceleração da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões políticas nos principais países de economia forte.

Com o encerramento do processo de Recuperação Judicial, a Companhia terá a oportunidade de expandir o mercado de rodas de alumínio para o setor automotivo, visto que por determinação de suas matrizes algumas montadoras não podem desenvolver projetos com empresas nesta situação, bem como melhorar seu fluxo de caixa através de negociações de prazos e novos limites de crédito com fornecedores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

No segmento de aço plano, a Companhia fornece rolos e “blanks” através de sua fábrica em Manaus para a fábrica de motocicletas da Honda, na mesma cidade. Na fábrica de Três Corações- MG, a Mangels fábrica eixo em “V” para determinados modelos de automóveis da Volkswagen.

Ao longo de 88 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

Apesar de projeções pessimistas na economia brasileira em 2017, a Mangels ciente dos seus desafios, pretende manter o foco na redução de despesas e custos, equilibrando a operação de forma a garantir eficiência no caixa e na sua rentabilidade.

2015

Em 2015 o Brasil enfrentou cenários econômicos desafiadores, tanto no ambiente internacional como no interno.

No ambiente internacional, a queda dos preços das commodities e a desaceleração da economia chinesa contribuíram de forma negativa, afetando os setores predominantemente exportadores da economia brasileira. Somando-se a isso, a política monetária dos Estados Unidos, de alta dos juros, também contribuiu para aumentar a preocupação do Brasil e de demais países quanto à possível fuga de capitais em direção aos EUA, bem como volatilidade da economia global.

No ambiente interno, a política econômica dos últimos anos foi pautada por uma política expansionista através de redução de impostos, congelamento de preços e o consequente déficit primário nas contas do governo, o que provocou muita incerteza quanto ao controle da inflação, provocando, inclusive a desvalorização do Real de 46,6% frente ao Dólar. E para combater a inflação decorrente destas políticas, o Banco Central foi obrigado a iniciar uma forte escalada de juros SELIC a partir de 2013, sendo que os mesmos, que estavam em 7,25% em abril daquele ano, chegaram a 14,25% a partir de julho de 2015, estando neste mesmo nível até hoje. A consequência destas medidas foi uma forte freada do ritmo da economia brasileira, principalmente no setor automobilístico, tendo como consequência muitas demissões, alta do desemprego, e redução da atividade econômica em geral. Estes fatores, portanto, criaram um cenário de grande incerteza, tanto nas decisões de investimento pelas empresas, como nos consumidores, com medo de gastar.

A lentidão da economia, a queda da demanda, os juros em patamares elevados, a dificuldade de controle das contas públicas e um cenário de alta da inflação, foram importantes fatores de compressão da rentabilidade das empresas. Com as empresas lucrando menos, a arrecadação do governo ficou comprometida, mesmo diante da urgência do ajuste fiscal, que já enfrenta a dura oposição do Congresso Nacional. E para atingir a meta de superávit primário de 2015, o Governo anunciou cortes em várias pastas do orçamento Federal e aumento de impostos, sem sucesso, o que deverá provocar efeitos negativos sobre a atividade econômica em 2016.

As atividades da Mangels estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, e a forte queda de atividade dos mesmos teve forte influência na Empresa e especialmente no PIB nacional, sendo que vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas tiveram queda de vendas de 22%, 45% e 17%, respectivamente, no ano de 2015, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O número de recuperações judiciais deferidas em todo o Brasil em 2015 foi de 1.044 registros, número 56% maior do que o registrado em 2014, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. O resultado divulgado de 2015 é o maior para o acumulado anual, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências, em junho de 2005.

Em 1º de novembro de 2013 a Companhia e as controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda. EPP ajuizaram ação de Recuperação Judicial.

A aprovação oficial do Plano de Recuperação Judicial da Mangels se deu em dezembro de 2014, sendo que a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano no dia 5, a decisão homologatória da Recuperação Judicial foi proferida no dia 10, e a publicação no Diário da Justiça Eletrônica se deu no dia 15.

Os detalhes do Plano de Recuperação Judicial foram divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Quanto ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem seguindo com rigor e disciplina todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores. Acumulamos até dezembro de 2015 o total de R\$ 18,2 milhões pagos. De acordo com o Plano para 2016, o pagamento de R\$43 milhões já está programado em nosso fluxo de pagamentos a credores.

PERSPECTIVAS

Foi sinalizada através do boletim Focus, base março, retração de 3,5% do PIB para 2016. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 7,97% e a continuidade de juros altos. A conjunção da falta de crescimento, alta da inflação e juros elevados, sinaliza um preocupante cenário para os negócios, com uma acentuada consequência de redução dos empregos no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central, não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,50 e R\$4,00 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (fevereiro de 2016), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção de queda do PIB no Brasil em 2016, alterando-a de -2,5% para -3,8%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual. O Fundo também reduziu a estimativa de crescimento do Brasil em 2017, de 0,5%, para 0%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial crescerá 3,4% em 2016, projeção igual àquela estimada no relatório atualizado de outubro de 2015. Isso se deve à desaceleração e desequilíbrio da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões em algumas das grandes economias emergentes.

Para a Mangels, o ano de 2016 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios. A Companhia continua envidando esforços para implementar as etapas do Plano de Recuperação Judicial, detalhado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e divulgadas em 31 de março de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e na condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

Com relação ao segmento de aço, na qual a Companhia está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local da Honda, a maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 87 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira. Apesar de projeções de queda da economia brasileira em 2016, a Mangels pretende, no mínimo, repetir os volumes de 2015, e buscará o crescimento em 2016.

A despeito do cenário macroeconômico não favorável, a Companhia está ciente dos seus desafios e está confiante na retomada da lucratividade e a sua recuperação.

2014

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a sua previsão de crescimento para a economia mundial, esperando agora uma redução para 3,5% em 2015 e de 3,7% em 2016, em vez dos 3,8% e 4%, em relação aos percentuais anunciados em outubro. Para o Brasil, o Fundo prevê 2015 com crescimento de apenas 0,3%, uma redução drástica em relação ao avanço do PIB de 1,4% anunciado em outubro passado.

No Brasil foi sinalizado, através do boletim Focus, crescimento de 0,15% do PIB para 2015. Ante a baixa expectativa de crescimento econômico o mercado sinaliza uma projeção de inflação de 8,18%, com pequeno viés de alta em relação à última projeção, e a continuidade de juros altos. A conjunção entre baixo crescimento, alta da inflação e juros elevados em 13,25% a.a., é o mais temível cenário para os negócios que deveriam implicar em ajustes significativos nas políticas econômicas vigentes. O Governo admite que ajustes nas políticas monetária e fiscal, são fundamentais para manter o equilíbrio e as melhores condições macroeconômicas.

A crise hídrica coloca o Brasil cada vez mais próximo do racionamento de energia elétrica e água, mas ainda não foi demonstrado nenhum plano para que tais fatos não ocorram.

Em relação a Política cambial, fica mais claro que tanto o Ministério da Fazenda quanto do Banco Central, não desejam valorizações do real que possam ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica, o que deve manter o dólar na casa dos R\$ 3,00.

O cenário apresentado para 2015 leva a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitirá à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

PERSPECTIVAS

O ano de 2015 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e da condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Empresa apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, com participação no mercado de aproximadamente 46%.

Com relação ao segmento de aço na qual a Empresa está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local do maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 86 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

A Companhia está confiante na viabilidade econômica de seus negócios, e não medirá esforços para atingir o seu principal objetivo, que é de sua recuperação.

b. Estrutura de capital

Não se aplica

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A dívida da Companhia em 31/12/2016 e 31/12/2015 está demonstrada abaixo:

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO			
<i>R\$ Milhões</i>	31/12/2016	31/12/2015	Variação %
FINANCIAMENTOS			
Curto Prazo	1,4	20,9	
Longo Prazo	534,0	550,6	
	535,4	571,5	-6%
DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa	30,1	35,2	
Títulos e valores mobiliários	3,8	2,9	
	33,9	38,1	-11%
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	501,5	533,4	-6%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A dívida está sendo paga em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial e seu Aditivo, aprovados respectivamente em 05 de dezembro de 2014 e 16 de novembro de 2016. Maiores detalhes constam divulgados no site da Companhia (www.mangels.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Para honrar os compromissos, a Companhia poderá lançar mão de quaisquer meios de captação de recursos, desde que expressamente previstos no artigo 50 da Lei nº 11.101/2005, dentre os quais destacamos:

- a) Alienação parcial de quaisquer ativos permanentes e/ou imobilizados;
- b) Alienação da planta de São Bernardo do Campo;
- c) Capitalização;
- d) Alteração do controle societário.

Todas as formas de captação, mencionados acima estarão sujeito à aprovação prévia dos credores reunidos em Assembleia Geral dos Credores.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A empresa tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende se utilizar de nenhum financiamento.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Endividamento	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional	277.689	254.681
Moeda estrangeira	257.709	316.843
	<u>535.398</u>	<u>571.524</u>

A dívida será liquidada em aproximadamente 10 anos, conforme abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ano	Consolidado
	31/12/2016
2017	1.403
2018	1.254
2019	7.392
2020	10.464
2021	11.776
2022	23.909
2023	32.475
2024	107.288
2025	18.199
2026	319.721
2027 em diante	1.517
	535.398

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 dezembro de 2016, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já divulgadas no item 10.1.(f).(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Referente a distribuição de dividendos, de acordo com o item 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, as Recuperandas não distribuirão lucros, dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de resultado nos exercícios de 2016 x 2015 x 2014 (em R\$ mil)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016/2015	2015/2014
Receita bruta de vendas	535.553	538.140	567.731	(2.587)	(29.591)
Mercado interno	497.856	519.097	542.886	(21.241)	(23.789)
Mercado externo	37.697	19.043	24.845	18.654	(5.802)
Imposto sobre vendas e serviços	(108.020)	(110.663)	(117.790)	2.643	7.127
Receita operacional líquida	427.533	427.477	449.941	56	(22.464)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(382.243)	(393.782)	(403.257)	11.539	9.475
Lucro operacional bruto	45.290	33.695	46.684	11.595	(12.989)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(7.662)	(9.767)	(11.811)	2.105	2.044
Gerais e administrativas	(34.040)	(32.918)	(34.843)	(1.122)	1.925
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.672	4.368	(14.634)	(2.696)	19.002
	(40.030)	(38.317)	(61.288)	(1.713)	22.971
Resultado operacional antes do resultado financeiro	5.260	(4.622)	(14.604)	9.882	9.982
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	2.714	4.390	6.758	(1.676)	(2.368)
Despesas financeiras	(50.234)	(46.782)	(26.504)	(3.452)	(20.278)
Variações monetárias e cambiais	47.253	(95.347)	(9.122)	142.600	(86.225)
	(267)	(137.739)	(28.868)	137.472	(108.871)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.993	(142.361)	(43.472)	147.354	(98.889)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(395)	(1.277)	(883)	882	(394)
Diferido	(534)	(1.512)	(883)	978	(629)
	139	235	-	(96)	235
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.598	(143.638)	(44.355)	148.236	(99.283)

Análise do resultado consolidado do ano de 2016 versus o ano de 2015

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	2016	1T15	2T15	3T15	4T15	2015
Receita Bruta	151,5	141,5	131,3	111,3	535,6	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1
Receita Líquida	123,1	113,2	103,8	87,4	427,5	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5
Mercado Interno	112,0	98,5	96,9	82,4	389,8	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5
Mercado Externo	11,1	14,7	6,9	5,0	37,7	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0
CPV	(110,0)	(99,3)	(93,4)	(79,5)	(382,2)	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)
Lucro Bruto	13,1	13,9	10,4	7,9	45,3	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>10,6%</i>	<i>12,3%</i>	<i>10,0%</i>	<i>9,0%</i>	<i>10,6%</i>	<i>0,6%</i>	<i>14,5%</i>	<i>10,4%</i>	<i>5,5%</i>	<i>7,9%</i>
Despesas (receitas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(10,7)	(10,1)	(10,2)	(10,7)	(41,7)	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)
Outras receitas (despesas)	2,0	(0,1)	1,7	(1,9)	1,7	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4
Lucro (Prejuízo) Operacional	4,4	3,7	1,9	(4,7)	5,3	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)
Resultado Financeiro	15,5	13,1	(15,5)	(13,4)	(0,3)	(50,7)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)
Despesa Financeira	(11,8)	(11,8)	(13,3)	(13,3)	(50,2)	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)
Receita Financeira	0,8	0,6	0,4	0,8	2,6	0,42	1,9	0,8	1,3	4,4
Variação cambial líquida	26,5	24,3	(2,6)	(0,9)	47,3	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	19,9	16,8	(13,6)	(18,1)	5,0	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)
Imposto de renda e contribuição social	-	(3,8)	3,6	(0,2)	(0,4)	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)
Lucro (Prejuízo) Líquido	19,9	13,0	(10,0)	(18,3)	4,6	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)
EBITDA	9,2	8,4	6,3	0,3	24,2	(4,6)	9,1	5,9	5,1	15,5

As **vendas brutas consolidadas** da Companhia no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, as vendas brutas acumuladas no ano de 2016 ficaram somente 0,5% abaixo do valor do mesmo período do ano anterior, apesar da forte contração dos principais segmentos onde a Mangels atua, conforme citado anteriormente no cenário econômico.

As **vendas líquidas consolidadas** de R\$ 87,4 milhões no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 3,7% em relação aos R\$ 90,8 milhões do mesmo período de 2015. Coincidentemente, o valor acumulado de R\$ 427,5 no ano de 2016 repete o valor do ano anterior se mantendo no mesmo patamar, destaque ao crescimento de 98% das exportações, preponderantemente no mercado de Rodas.

O **lucro bruto consolidado** alcançou R\$ 7,9 milhões no 4º trimestre de 2016, o que contribuiu para um valor expressivo de R\$ 45,3 milhões no valor acumulado no ano de 2016, com 34% de aumento em relação ao mesmo período de 2015, apesar de um faturamento líquido que manteve o mesmo patamar do ano anterior. Isso representa um aumento de 2,7 pontos percentuais na margem bruta chegando em 10,6%. Este desempenho foi possível graças às ações de reestruturação da fábrica que resultaram na redução dos gastos gerais de fabricação.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 41,7 milhões no ano de 2016 e R\$ 42,7 milhões no período do ano anterior, resultando assim em redução no valor acumulado do ano em R\$ 1 milhão, equivalente a 2,3%. Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** de R\$ 5,3 milhões no ano de 2016, em forte contraste ao prejuízo de R\$ 4,6 milhões no mesmo período em 2015.

O **EBITDA** acumulado no ano de 2016 foi de R\$ 24,2 milhões, versus R\$ 15,5 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de R\$ 8,7 milhões, ou seja, 56% superior ao resultado do ano anterior. Esse aumento seria ainda maior se o governo não tivesse alterado o cálculo da desoneração da folha de pagamento para 2016, que prejudicou a maior parte das empresas, principalmente as indústrias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 0,3 milhões acumulado no ano de 2016 foi irrelevante, frente ao alto valor negativo de R\$ 137,7 milhões verificado no mesmo período do ano anterior. Esta melhoria se deu principalmente pela valorização do Real frente ao Dólar, o que provocou uma diminuição do valor da dívida, devido aos financiamentos em dólar. Este fator provocou, portanto, o reconhecimento de R\$ 47,3 milhões de receita de variação cambial, frente à despesa de R\$ 95,2 milhões no ano anterior. Estes valores não afetam o caixa da Companhia no curto prazo, pois praticamente toda a dívida da companhia é de longo prazo.

Portanto, devido às melhorias já mencionadas, o **resultado final consolidado das operações** no ano de 2016 apresentou um lucro de R\$ 4,6 milhões, bastante expressivo se comparado ao prejuízo de R\$ 143,6 milhões no ano anterior.

Análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus o ano de 2014

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

R\$ Milhões	1º Trim 2015	2º Trim 2015	3º Trim 2015	4º Trim 2015	Acumulado 2015	1º Trim 2014	2º Trim 2014	3º Trim 2014	4º Trim 2014	Acumulado 2014
Receita Bruta	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1	134,7	147,8	153,7	131,5	567,7
Receita Líquida	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5	108,7	118,6	118,3	104,3	449,9
Mercado Interno	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5	102,9	109,4	113,9	98,9	425,1
Mercado Externo	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0	5,8	9,2	4,4	5,4	24,8
CPV	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)	(97,4)	(106,0)	(106,5)	(93,4)	(403,3)
Lucro Bruto	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7	11,3	12,6	11,8	10,9	46,6
Margem Bruta	0,6%	14,5%	10,4%	5,5%	7,9%	10,4%	10,6%	10,0%	10,5%	10,4%
Despesas Operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)	(10,0)	(12,9)	(11,8)	(11,9)	(46,7)
Outras receitas (despesas)	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4	(1,0)	(1,8)	(1,3)	(10,5)	(14,6)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)	0,3	(2,1)	(1,4)	(11,5)	(14,7)
Resultado Financeiro	(50,8)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)	(3,2)	(4,7)	(29,7)	8,8	(28,8)
Despesa Financeira	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)	(9,7)	(10,0)	(10,7)	3,9	(26,5)
Receita Financeira	0,4	1,9	0,8	1,3	4,4	0,5	0,4	1,0	5,0	6,8
Variação cambial líquida	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)	6,1	4,9	(20,0)	(0,1)	(9,1)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)	(2,9)	(6,8)	(31,0)	(2,8)	(43,5)
Imposto de renda e contribuição social	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)	(0,2)	(0,3)	(0,1)	(0,3)	(0,9)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)	(3,3)	(6,9)	(31,1)	(3,1)	(44,4)
EBITDA	(4,9)	8,9	6,4	5,1	15,5	4,5	2,7	4,1	(6,4)	4,9

As **vendas brutas** consolidadas da Companhia apresentaram uma redução de 14% no 4º trimestre de 2015 e de 5% no acumulado do ano de 2015, quando comparadas ao mesmo período de 2014. Isto ocorreu devido às reduções nos segmentos que atua, conforme citados no cenário econômico.

As **vendas líquidas** consolidadas de R\$ 90,8 no 4º trimestre de 2015 e de R\$ 427,5 milhões no ano de 2015 tiveram reduções de 13% e 5% respectivamente. O forte impacto neste trimestre foi ocasionado pela drástica queda do negócio de Cilindros, principalmente na venda de botijões novos, com uma queda de mercado em torno de 35%.

O **lucro bruto** consolidado alcançou R\$ 5 milhões no 4º trimestre de 2015 e 33,7 milhões no ano de 2015, atingindo o percentual de 7,9% de margem bruta.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 8,5 milhões no 4º trimestre de 2015 e R\$ 42,7 milhões no ano de 2015, versus R\$ 11,9 milhões no 4º trimestre de 2014 e R\$ 46,7 milhões no ano de 2014, refletindo uma redução de 29% e 9% respectivamente, reflexo das ações de reestruturação da Companhia na redução de custos e adequações ao mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** negativo no ano de 2015, de R\$ 4,6 milhões, muito abaixo do prejuízo de R\$ 14,7 milhões no mesmo período de 2014.

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 137,7 milhões no ano de 2015 foi muito superior ao verificado no mesmo período do ano anterior, sendo que esse aumento se deu principalmente pela desvalorização expressiva de 46,6% do Real frente ao Dólar, o que provocou o reconhecimento de R\$ 95,2 milhões de aumento no saldo da dívida quando convertidos para Reais e a consequente despesa de variação cambial em seu resultado. Este efeito não afeta o caixa da Companhia no curto prazo, que tem quase toda a sua dívida de principal e juros registrados como financiamento de longo prazo.

O **resultado final** consolidado das operações no ano de 2015 apresentou um prejuízo de R\$ 143,6 milhões, fortemente impactado pelo Resultado Financeiro.

O **EBITDA** do ano de 2015 foi de R\$ 15,5 milhões, versus R\$ 4,9 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de 216%.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos exercícios de 2016 x 2015 x 2014 (em R\$ mil)

ATIVO	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	30.125	35.236	42.631	(5.111)	(7.395)
Títulos e valores mobiliários	3.784	2.934	2.992	850	(58)
Contas a receber de clientes	40.027	32.237	34.727	7.790	(2.490)
Estoques	43.849	58.336	53.997	(14.487)	4.339
Tributos a recuperar	14.723	19.702	20.383	(4.979)	(681)
Despesas antecipadas	1.512	377	353	1.135	24
Outros ativos	7.552	9.302	13.089	(1.750)	(3.787)
Total do ativo circulante	141.572	158.124	168.172	(16.552)	(10.048)
NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado destinado a venda	66.998	71.007	75.978	(4.009)	(4.971)
Tributos a recuperar	-	432	2.109	(432)	(1.677)
Depósitos judiciais	10.413	11.244	9.528	(831)	1.716
Outros ativos	288	771	759	(483)	12
Imobilizado	140.594	149.528	151.289	(8.934)	(1.761)
Intangível	3.893	6.087	9.790	(2.194)	(3.703)
Total do ativo não circulante	222.186	239.069	249.453	(16.883)	(10.384)
TOTAL DO ATIVO	363.758	397.193	417.625	(33.435)	(20.432)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO	CONSOLIDADO			VARIAÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	18.880	16.478	22.715	2.402	(6.237)
Empréstimos e financiamentos	1.403	20.916	1.299	(19.513)	19.617
Salários e encargos sociais	16.394	14.620	11.572	1.774	3.048
Tributos a recolher	5.267	2.804	1.742	2.463	1.062
Tributos parcelados	1.231	1.004	1.286	227	(282)
Contas a pagar - descontinuidade de negócios	13.452	21.068	18.302	(7.616)	2.766
Outros passivos	5.542	12.788	19.106	(7.246)	(6.318)
Total do passivo circulante	62.169	89.678	76.022	(27.509)	13.656
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	18.137	20.832	26.600	(2.695)	(5.768)
Empréstimos e financiamentos	533.995	550.608	436.189	(16.613)	114.419
Provisão para riscos e discussões judiciais	26.627	26.799	24.166	(172)	2.633
Tributos parcelados	9.261	3.067	4.077	6.194	(1.010)
Outras contas a pagar	6.997	4.235	4.959	2.762	(724)
Total do passivo não circulante	595.017	605.541	495.991	(10.524)	109.550
TOTAL DO PASSIVO	657.186	695.219	572.013	(38.033)	123.206
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	171.273	171.273	171.273	-	-
Resultados abrangentes	10.491	10.761	11.216	(270)	(455)
Prejuízos acumulados	(475.192)	(480.060)	(336.877)	4.868	(143.183)
Total do patrimônio líquido	(293.428)	(298.026)	(154.388)	4.598	(143.638)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	363.758	397.193	417.625	(33.435)	(20.432)

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2016 em comparação com o ano de 2015**Principais contas do Ativo:**

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$5,1 milhões em 2016 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”.
- ✓ *Contas a receber de clientes* - o aumento de R\$7,8 milhões foi em decorrência da diminuição do valor de faturamento de consignado em relação ao ano anterior, que reflete na conta de estoque como citado abaixo.
- ✓ *Estoques* – redução de R\$14,5 milhões em 2016 em relação ao ano de 2015 é decorrente de estoque de consignado com volumes menores que o ano anterior devido as oscilações do mercado e estratégias de vendas.
- ✓ *Outros ativos* - redução de R\$1,7 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2016 era de R\$535,4 milhões versus R\$571,5 milhões em 2015, a redução é decorrente do pagamento de juros e principal a credores, conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial e da variação cambial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2016 o valor registrado foi de R\$37,0 milhões versus R\$37,3 milhões em 2015, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2016. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2016</u>
2017	18.880
2018	5.364
2019	5.364
2020	3.462
2021	1.561
2022	1.561
2023	825
	<u><u>37.017</u></u>

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2015 em comparação com o ano de 2014

Principais contas do Ativo:

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$ 7,4 milhões em 2014 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de fornecedores.
- ✓ *Contas a receber de clientes* - a redução de R\$ 2,5 milhões foi em decorrência de redução das vendas em 2015, quando comparado a 2014, conforme comentado do tópico receita de vendas - análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus 2014.
- ✓ *Estoques* – aumento de R\$ 4,3 milhões em 2015 em relação ao ano de 2014 é decorrente de estoque estratégico devido as oscilações do mercado.
- ✓ *Outros ativos* - redução de R\$ 3,8 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2015 era de R\$ 571,5 milhões versus R\$ 437,5 milhões em 2014, o aumento registrado é decorrente basicamente da variação cambial dos empréstimos atrelados a moeda norte americana.
- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2015 o valor registrado foi de R\$ 37,3 milhões versus R\$49,3 milhões em 2014, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2015. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Consolidado
	<u>31/12/2015</u>
2015	-
2016	16.478
2017	5.408
2018	5.366
2019	5.366
2020	1.564
2021	1.564
2022	1.564
	<u><u>37.310</u></u>

- ✓ *Provisão para riscos e discussões judiciais*- o aumento de R\$ 2,6 milhões é referente a créditos de ICMS e de contribuições previdenciárias que a Companhia vem compensando e por conservadorismo efetua a provisão no mesmo montante.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comentários dos negócios

RODAS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	79,9	74,6	74,3	66,0	294,8	68,7	81,0	82,8	70,7	303,2
Receita Líquida	65,1	60,7	59,8	52,6	238,2	54,7	63,6	65,6	56,0	239,9
Mercado Interno	55,2	48,3	52,8	47,7	204,0	50,0	59,0	61,8	52,5	223,3
Mercado Externo	9,9	12,4	7,0	5,0	34,3	4,7	4,6	3,8	3,5	16,6
CPV	(61,8)	(56,8)	(56,0)	(48,2)	(222,8)	(62,8)	(56,2)	(60,4)	(56,8)	(236,2)
Lucro Bruto	3,3	3,9	3,8	4,4	15,4	(8,1)	7,4	5,2	(0,8)	3,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>5,1%</i>	<i>6,4%</i>	<i>6,4%</i>	<i>8,4%</i>	<i>6,5%</i>	<i>-14,8%</i>	<i>11,6%</i>	<i>7,9%</i>	<i>-1,4%</i>	<i>1,5%</i>

O mercado automotivo, segmento no qual o negócio de Rodas está inserido, apresentou produção de automóveis e veículos comerciais leves de 2.062 mil unidades no ano de 2016 versus 2.313 mil unidades, para o mesmo período de 2015, provocando uma queda de 11%, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

No entanto, o faturamento líquido acumulado no ano de 2016 do negócio de Rodas foi de R\$ 238,2 milhões, muito próximo aos R\$ 239,9 milhões do ano de 2015, apesar da desaceleração que o setor automotivo vem atravessando. O lucro bruto foi de R\$ 15,4 milhões no ano de 2016, comparado com R\$ 3,7 milhões no ano anterior, significando uma melhoria expressiva. Da mesma forma, a margem bruta evoluiu de 1,5% no ano de 2015 para 6,5% no ano de 2016. Esta excelente melhoria é decorrente da estratégia tomada pela Companhia de investir em melhor gestão de produtividade dos equipamentos e dos colaboradores.

CILINDROS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	64,1	59,0	50,4	38,6	212,1	59,3	59,9	34,6	34,1	187,9
Receita Líquida	51,0	45,5	37,8	29,0	163,3	44,7	45,8	26,7	27,1	144,3
Mercado Interno	49,9	43,1	37,9	28,9	159,8	44,7	43,7	26,7	26,8	141,9
Mercado Externo	1,1	2,4	-	(0,1)	3,4	-	2,1	-	0,3	2,4
CPV	(40,9)	(36,1)	(31,7)	(25,7)	(134,4)	(38,6)	(35,5)	(23,6)	(21,9)	(119,6)
Lucro Bruto	10,1	9,4	6,1	3,3	28,9	6,1	10,3	3,1	5,2	24,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>19,8%</i>	<i>20,7%</i>	<i>16,1%</i>	<i>11,4%</i>	<i>17,7%</i>	<i>13,6%</i>	<i>22,5%</i>	<i>11,6%</i>	<i>14,1%</i>	<i>17,1%</i>

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, reservatórios de ar para caminhões e ônibus, prestação de serviços de requalificação de recipientes para GLP e de separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

As empresas que atuam no setor de GLP aumentaram a sua demanda por botijões novos e, por outro lado, diminuíram a demanda por serviços de requalificação, em relação a 2015.

O mercado de veículos pesados caiu fortemente, provocando uma queda de 17% nas vendas de reservatórios de ar, o que impactou seriamente a rentabilidade deste produto.

Desta forma, a receita líquida do ano de 2016 atingiu R\$ 163,3 milhões, apresentando aumento de 13,2% comparado ao mesmo período de 2015. Mesmo com todas as adversidades, o lucro bruto foi de R\$ 28,9 milhões no ano de 2016 com uma excelente

10.2 - Resultado operacional e financeiro

margem bruta, que evoluiu para 17,7%. Esse excelente desempenho é devido, principalmente, à maior diluição dos custos fixos da fábrica.

AÇOS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	7,5	7,9	6,6	6,6	28,6	16,5	10,7	11,8	8,0	47,0
Receita Líquida	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0	15,0	9,4	11,3	7,4	43,1
Mercado Interno	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0	15,0	9,4	11,3	7,4	43,1
CPV	(7,2)	(6,5)	(5,6)	(5,8)	(25,1)	(12,3)	(8,9)	(10,0)	(6,7)	(37,9)
Lucro Bruto	(0,3)	0,6	0,6	-	0,9	2,7	0,5	1,3	0,7	5,2
Margem Bruta	-4,3%	8,5%	9,7%	0,0%	3,5%	18,0%	5,3%	11,5%	9,5%	12,1%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels, em Manaus, bem como eixos traseiros para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais em forma de lâminas de aço em perfil de “V”.

A receita líquida acumulada no ano de 2016 deste segmento foi de R\$ 26 milhões, valor inferior em 39,7% às vendas do ano de 2015. A queda verificada deve-se à retração nos mercados de motocicletas e automóveis, ocasionada pelas restrições do crédito e ao aumento das taxas de juros bancários.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Rodas: A maior influencia neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Empresa paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes Negócios. Para o negócio de Cilindros, a influencia da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Empresa devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- a. Mudanças significativas nas práticas contábeis
- b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 15 (CPC 47) – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encerramento do processo de Recuperação Judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa no.27 – Eventos subsequentes, que descreve o processo de encerramento da Recuperação Judicial a qual a Companhia estava sujeita até 17 de março de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de recuperação judicial

(Conforme notas explicativas 1.1. Recuperação judicial)

A Companhia e as controladas obtiveram a homologação no pedido de recuperação judicial no dia 15 de dezembro de 2014 e em 16 de novembro de 2016 repactuou as condições do plano de recuperação por meio de aditivo. O risco mais significativo em relação ao plano de recuperação judicial está relacionado ao cumprimento de todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes das condições do plano de recuperação judicial, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes do plano de recuperação judicial, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade;
- Testamos a liquidação financeira das obrigações de curto prazo ocorridas dentro do exercício, certificando o cumprimento do fluxo de pagamento estabelecidos no aditivo do plano de recuperação judicial;
- Testamos o registro contábil dos efeitos da repactuação do plano realizada em 16 de novembro de 2016;
- Testamos e avaliamos o fluxo de caixa além de premissas e medidas adotadas pela Administração da Companhia, para os próximos doze meses, de forma a checar se a Companhia, com base nas suas operações e nos desembolsos previstos, tem capacidade de honrar referidos passivos, visando a manutenção do equilíbrio financeiro e operacional.

Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

(Nota Explicativa nº 15 – “Empréstimos e financiamentos”)

A Companhia e as controladas possuem empréstimos e financiamentos obtidos junto a Instituições financeiras nacionais e estrangeiras, os quais são suscetíveis a variação cambial e são partes integrantes ao plano de recuperação judicial.

Esse tema foi considerado um PAA, pelo fato dos riscos mais significativos estarem relacionados a exposição cambial, atualização monetária de acordo com as taxas de juros definidas no plano de recuperação judiciais, segregação de curto e longo prazo e garantias reais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Realizamos o entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração e monitoramento dos empréstimos e financiamentos vigentes;
- Realizamos testes nos contratos vigentes e obtivemos evidências sobre a liquidações realizadas dentro do exercício;
- Confirmamos junto as instituições financeiras os saldos em 31 de dezembro de 2016.
- Revisamos a devida divulgação nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Companhia, e apresentadas como informação e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definido nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos:
Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International*

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Financial Reporting Standards - IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2015, incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 143.638 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 480.060 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2016.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos:
Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2014,

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 44.355 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 336.877 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1.1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram, anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório datado de 14 de abril de 2014, contendo abstenção de opinião, em decorrência de ressalvas referente aos seguinte assuntos: **(i)** falta de aprovação do plano de recuperação judicial; **(ii)** continuidade operacional; **(iii)** não preparação de demonstrações contábeis em base de liquidação e **(iv)** incerteza quanto a realização dos ativos e pagamento dos passivos, assuntos estes endereçados substancialmente, com a aprovação do plano de recuperação judicial em 2015, não resultando em impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 27 de março de 2015.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ✓ Ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- ✓ Receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas; todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de

10.5 - Políticas contábeis críticas

Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.

- ✓ Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos financeiros

Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

- (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

- (b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes).

Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são

10.5 - Políticas contábeis críticas

subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possíveis com informações geradas pela administração da própria Companhia.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; e

10.5 - Políticas contábeis críticas

- c) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronta menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com

10.5 - Políticas contábeis críticas

segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Neste sentido, em 2013 a Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado e concluiu pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na nota explicativa 14.

	Software	Desenvolvimento de sistemas
Vida útil	Definida	Definida
Método amortização utilizado	Linear	Linear

Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são

10.5 - Políticas contábeis críticas

considerados os efeitos de obsolescência, demanda concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus.

a) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Impostos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item das despesas, conforme o caso;
- ✓ Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- ✓ Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializado (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- ✓ Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- ✓ Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- ✓ Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- ✓ Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na nota explicativa nº 23.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir estiverem atendidos para cada uma das atividades.

a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

b) Prestação de serviços

São reconhecidas no resultado quando do desfecho da prestação do serviço, bem como quando os benefícios econômicos fruirão para o tomador do serviço.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
Não se aplica
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
Não se aplica
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
Não se aplica
- iv. contratos de construção não terminada.
Não se aplica
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica.

- b. Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Investimentos em 2016:

Foram investidos em 2016 R\$ 8.962 mil, referente a automação e manutenção das plantas de Rodas e Cilindros.

ii. fontes de financiamentos dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não se aplica.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram abordados nos itens anteriores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da provisão

A Companhia não divulga valores de projeções, conforme lhe é facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480/2009.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não se aplica, conforme informado no item a.

c. Premissas da projeção

Não se aplica, conforme informado no item a.

d. Valores dos indicadores que são objeto da provisão

Não se aplica, conforme informado no item a.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário

Não se aplica.

b. Quanto as projeções relativas períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Não se aplica.

c. Quanto as projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não se aplica.

a. Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral e reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses.

O prazo do mandato do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores; c) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e qualquer outro ato; d) pelo seu Presidente, convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos legais; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) deliberar sobre a instalação ou supressão de depósitos ou filiais, no país ou no exterior; h) autorizar a Diretoria: h.1 - a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; h.2 - a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; h.3 - a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; h.4 - a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; h.5 - a exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; h.6 - a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; h.7 - a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do parágrafo terceiro do artigo 32 do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e imputar os valores creditados ou pagos a esse título ao valor do dividendo obrigatório previsto no artigo 32 do Estatuto Social.

b. Data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal, e, quando instalado, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número.

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2017, e, tem por atribuição: a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral; c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à empresa; e) convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa; g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Não se aplica.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretoria: A Diretoria é constituída de 1 (um) Diretor Presidente e até mais 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) designado Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

O prazo do mandato da Diretoria é de 01 (um) ano, mas se estende até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições.

Compete à Diretoria: a) deliberar sobre a instalação ou supressão de filiais ou depósitos; b) apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e as demonstrações financeiras de cada exercício, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado; c) resolver os casos extraordinários que não sejam da competência da Assembléia Geral, ou do Conselho de Administração.

Quando previamente autorizada pelo Conselho de Administração poderá a Diretoria, praticar os seguintes atos: a) a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; b) a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; c) a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; d) a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; e) a exercer o direito de voto nas Assembléias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; f) a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; g) a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Nos termos do artigo 33 do Estatuto Social poderá a Diretoria: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Sociedade será representada por qualquer Diretor nos seguintes atos: a) endosso de cheques em favor de instituições financeiras, para crédito em conta de depósito da Sociedade; b) endosso de duplicatas em favor de instituições financeiras para o efeito de simples cobrança; c) representação perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias e Correios e Telégrafos, para fins administrativos; d) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

Compete, privativamente: a) ao Diretor Presidente: a.1) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, sendo-lhe facultado constituir procurador especial para representá-lo nesse procedimento, na forma do artigo 25, parágrafo segundo, supra; a.2) presidir as reuniões da Diretoria usando do voto de qualidade no caso de empate nas suas deliberações, sendo que, na sua ausência, a presidência da reunião poderá ser exercida e o voto de qualidade poderá ser proferido pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores; a.3) dirigir e superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; a.4) transigir sobre qualquer assunto judicial ou extrajudicial; a.5) orientar e executar o planejamento estratégico da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Sociedade, bem como definir a política e diretrizes de recursos humanos; a.6) responder pela área financeira; a.7) superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; e a.8) supervisionar as áreas específicas de atuação dos demais Diretores; b) a cada um dos Diretores responder pelas áreas específicas designadas pelo Diretor Presidente.

a. Prazos de convocação

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Empresa a Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Diretor Presidente, ou nos casos legais.

As Assembléias Gerais da Empresa são convocadas mediante anúncio publicado por 3 vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo, sendo a 1ª publicação no mínimo 15 dias antes da realização da Assembléia Geral.

b. Competências

Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social a Assembléia Geral Ordinária deve: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os administradores, quando for o caso, d) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao primeiro deliberar a forma de distribuição do valor fixado entre seus membros e os da Diretoria.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às matérias que serão deliberadas nas Assembléias Gerais ficam à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Rua Max Mangels Sênior, 777, Mezanino, Planalto, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09895-900, e nos endereços eletrônicos da Companhia www.mangels.com.br, da CVM www.cvm.gov.br e da BM&F Bovespa www.bmfbovespa.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Eventuais conflitos de interesses de acionistas serão administrados caso a caso e em conformidade com o ordenamento legal.

e. Solicitação de procuradores pela administração para o exercício do direito de voto

Não se aplica.

f. Formalidades necessárias para a aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação consularização e tradução juramente e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Para comprovar a qualidade de acionista e participar da Assembléia, os Acionistas devem observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6404/76, apresentando: (i) comprovante da qualidade de acionista da Empresa expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia do documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia de ata de eleição dos administradores, ambos devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, além dos documentos anteriormente informados, devem, igualmente, apresentar o

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

respectivo instrumento de outorga de poderes de representação e cópia do documento de identidade do procurador. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos devem ser traduzidos e legalizados perante o Consulado brasileiro em seu país de domicílio. Todas as cópias devem ser autenticadas e todas as assinaturas originais com firmas reconhecidas. Não é admitida procuração outorgada por meio eletrônico.

- g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

Não se aplica.

- h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

Não se aplica.

- i. Instruções para que acionista ou grupo de acionista inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Não se aplica.

- j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Empresa não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das assembleias e não há mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas. Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

- k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Não se aplica.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Conforme Estatuto Social da Companhia o Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral. O Conselho de Administração, em sua primeira reunião, designará o Presidente do mesmo órgão e, quando entender necessário, também seu Vice-Presidente, se essas indicações não tiverem sido feitas pela Assembléia Geral.

Os mandatos dos membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos na AGO realizada em 29/04/16 se encerrarão na Assembléia Geral Ordinária que apreciar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31/12/2017.

O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses, por convocação de seu Presidente ou de seu Vice - Presidente, ou do Diretor Presidente, com 10 (dez) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o seu Presidente, ou na sua ausência ou impedimento o seu Vice-Presidente, usará do voto de qualidade.

Não há acordo de acionistas em vigor que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito a voto de membros do conselho.

Eventuais conflitos de interesses de membros do Conselho de Administração serão administrados caso a caso e em conformidade com o ordenamento legal.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não há cláusula compromissória no Estatuto Social para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alan Robert Mangels 214.810.228-14	Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Comercial e de Operações	20/03/2017 29/04/2017	30/04/2018	0 0%
Fábio Mazzini 176.893.128-37	Contador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores	20/03/2017 29/04/2017	30/04/2018	0 0%
Mark Ross Mangels 939.718.428-87	Engenheiro Mecânico	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2016 29/04/2016	30/04/2018 Sim	0 0%
Susan Jane Mangels Cox 011.652.288-74	Professora	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2016 29/04/2016	30/04/2018 Sim	0 0%
Robert Max Mangels 939.718.508-04	Industrial	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2016 29/04/2016	30/04/2018 Sim	0 0%
Antonio Farina 064.559.088-64	Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2016 29/04/2016	30/04/2018 Não	0 0%
Mário Lourenço de Lima 257.076.028-52	Engenheiro	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	28/04/2017	30/04/2018 Não	0 0%
Julio Flávio Pipolo 028.519.238-89	Advogado	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2017 29/04/2017	30/04/2018 Sim	0 0%
Geraldo Vieira dos Santos 446.597.338-15	Contador	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2017	30/04/2018 Sim	0 0%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
José Alcides Montes Filho 064.676.268-00	Advogado	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2017	30/04/2018 Sim	0 0%
João Ricardo Toledo Saretta 509.407.248-04	Economista	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2017 29/04/2017	30/04/2018 Sim	0 0%
Fabio Luis Talavera Tolin 216.892.958-05	Engenheiro	Conselho Fiscal 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	28/04/2017 29/04/2017	30/04/2018 Não	0 0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Alan Robert Mangels - 214.810.228-14

Graduado em Engenharia Aeroespacial (University of Michigan), Master em Mercado Latino Americano (The Lauder Institute – University of Pennsylvania) e MBA em Administração e Finanças (University of Pennsylvania – The Wharton School). Com trajetória profissional construída em empresas como Rolls-Royce North America, Airbus e Deloitte, Alan ingressou na Mangels Industrial S.A. como Diretor Comercial em fevereiro de 2015, reportando-se ao Conselho de Administração e, desde janeiro de 2017, tornou-se também Diretor de Operações, com foco nas atividades industriais de Três Corações/MG. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Fábio Mazzini - 176.893.128-37

Graduado em Ciência Contábeis, MBA em Administração Contábil e Financeira e Strategy and Business Innovation Program na Wharton Business School. Com trajetória profissional construída em empresas como Grupo Comolatti e Grupo Ultra, Mazzini foi contratado como Gerente de Auditoria Interna pela Mangels, sendo posteriormente promovido a C.R.O – Chief Restructuring Officer. Hoje atua como CFO, estando à frente das áreas de Finanças, R.I., Suprimentos, R.H., T.I., Jurídico e Custos. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Mark Ross Mangels - 939.718.428-87

Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós-graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, Coldex Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI - EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquia Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 7 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Vice Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Susan Jane Mangels Cox - 011.652.288-74

Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School - São Paulo, Brasil; Yew Chung International School - Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo - São Paulo, Brasil; Four Seasons - Hamamatsu, Japão; Associação Alumni - São Paulo, Brasil; International School of Bucharest – România; English School Fahheel – Kuwait. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Robert Max Mangels - 939.718.508-04

Engenheiro mecânico formado pela Pennsylvania State University, com Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Wharton School University of Pennsylvania. Ingressou na Mangels em 1978. Foi Diretor-Financeiro da Empresa de 1985 a 1989, passando por vários cargos executivos, entre eles Diretor-Administrativo-Financeiro da Divisão Aços e Superintendente da Divisão Laminação de Baixo Carbono. Ocupou o cargo de Diretor-Presidente durante o período de 1989 a 2015. Exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 1991. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Antonio Farina - 064.559.088-64

Engenheiro graduado pela FEI. Exerceu função comercial na Ferrostall do Brasil, multinacional alemã (1995). Possui experiência no mercado de ações, como analista de investimento, e também como investidor em diversas empresas desde 1990. Foi conselheiro de administração (suplente) na empresa Paranapanema; participa como minoritário nas empresas Paranapanema e Metalúrgica Wetzel. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Mário Lourenço de Lima - 257.076.028-52

Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Metodista, com vários cursos e certificações na área. É consultor na área de Tecnologia da Informação em empresa de grande porte. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Julio Flávio Pipolo - 028.519.238-89

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP e especialização em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas. Membro do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Geraldo Vieira dos Santos - 446.597.338-15

Contador e Administrador de Empresas, com vários cursos na área de Controladoria. Exerceu vários cargos nas áreas administrativas e financeiras de empresas privadas. É sócio da empresa G.V.S. Consultoria Empresarial e Informática Ltda. Prestando serviços de consultoria em gestão empresarial, organização e métodos; processos e execução de sistemas funcionais e operacionais na GJP Participações S.A. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

José Alcides Montes Filho - 064.676.268-00

Advogado, formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, palestrante. É sócio da Peixoto e Cury Advogados.

Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

João Ricardo Toledo Saretta - 509.407.248-04

Contador formado pela Faculdade de Ciências Contábeis Paulo Eiró, Economista graduado pela Faculdade de Economia Pedro II, com especialização em Direito Tributário pelo CEEU, Finanças Internacionais pela Pace University, MBA pelo IBMEC. Trabalhou em firma internacional de auditoria independente, foi contador geral e depois controller em empresas de capital aberto e desde 1997 ocupa cargos de Direção Administrativa e Financeira em empresas de grande porte. É sócio e administra firma de Consultoria Econômico Financeira. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Fabio Luis Talavera Tolin - 216.892.958-05

Engenheiro de produção mecânica graduado pela Universidade do Grande ABC, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Carreira desenvolvida na área de Engenharia Industrial, com ampla experiência no setor automobilístico. É consultor em engenharia industrial e sistema de produção e atualmente atua na área de Consultoria do Sistema de Produção de indústria automobilística. Não houve condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e nem na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram instalados comitês na Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo**Administrador do emissor ou controlada**

Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S/A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	------------------------	--------------------	---

Pessoa relacionada

Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
---	----------------	------------------------	--------------------	--

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	------------------------	--------------------	---

Pessoa relacionada

Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Mangels Industrial S.A	61.065.298/0001-02	
--	----------------	------------------------	--------------------	--

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2016Administrador do Emissor

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Mangels S/A
Diretor Presidente

50.604.750/0001-40

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Tecnopar Administradora S/A
Diretor Presidente

53.854.394/0001-01

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Shorewood S/A
Diretor Presidente

05.629.235/0001-60

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
Observação			

Administrador do Emissor Robert Max Mangels Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Mangels S/A Diretor	50.604.750/0001-40		
Observação			

Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Tecnopar Administradora S/A Diretor	53.854.394/0001-01		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Shorewood S/A Diretor	05.629.235/0001-60		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels S/A Diretora	50.604.750/0001-40		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Tecnopar Administradora S/A Diretora	53.854.394/0001-01		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S/A Diretora	05.629.235/0001-60		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Conselheira do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels Componentes da Amazonia Ltda.

08.470.524/0001-58

Observação**Administrador do Emissor**

Susan Jane Mangels Cox

011.652.288-74

Controle

Controlada Direta

Conselheira do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

E Koga & Cia Ltda.

01.538.457/0001-17

Observação**Exercício Social 31/12/2015****Administrador do Emissor**

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Mangels S/A

50.604.750/0001-40

Diretor Presidente

Observação**Administrador do Emissor**

Robert Max Mangels

939.718.508-04

Controle

Controlador Indireto

Presidente do Conselho de Administração

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Tecnopar Administradora S/A	53.854.394/0001-01		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S/A	05.629.235/0001-60		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mark Ross Mangels
Vice Presidente do Conselho de Administração

939.718.428-87

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Mangels S/A
Diretor

50.604.750/0001-40

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mark Ross Mangels
Vice Presidente do Conselho de Administração

939.718.428-87

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Tecnopar Administradora S/A
Diretor

53.854.394/0001-01

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mark Ross Mangels
Vice Presidente do Conselho de Administração

939.718.428-87

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Shorewood S/A
Diretor

05.629.235/0001-60

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
Observação			

Administrador do Emissor Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Mangels S/A Diretora	50.604.750/0001-40		
Observação			

Administrador do Emissor Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Tecnopar Administradora S/A Diretora <u>Observação</u>	53.854.394/0001-01		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Shorewood S/A Diretora <u>Observação</u>	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Mangels Componentes da Amazonia Ltda. <u>Observação</u>	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> E Koga & Cia Ltda. <u>Observação</u>	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> E Koga & Cia Ltda. <u>Observação</u>	01.538.457/0001-17		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2014Administrador do Emissor

Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlador Direto
--	----------------	----------	--------------------

Pessoa Relacionada

Mangels S/A Diretor Presidente	50.604.750/0001-40		
-----------------------------------	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlador Indireto
--	----------------	----------	----------------------

Pessoa Relacionada

Shorewood S/A Diretor Presidente	05.629.235/0001-60		
-------------------------------------	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
--	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Mangels Componentes da Amazônia Ltda. Administrador	08.470.524/0001-58		
--	--------------------	--	--

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
E Koga & Cia Ltda. Administrador	01.538.457/0001-17		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels S/A Diretor	50.604.750/0001-40		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Tecnopar Administradora S/A Diretor	53.854.394/0001-01		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mark Ross Mangels Vice Presidente do Conselho de Administração	939.718.428-87	Controle	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Shorewood S/A	05.629.235/0001-60		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mark Ross Mangels	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mark Ross Mangels	939.718.428-87	Controle	Controlada Direta
Vice Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Susan Jane Mangels Cox	011.652.288-74	Controle	Controlador Direto
Conselheira do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Mangels S/A	50.604.750/0001-40		
Diretora			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Tecnopar Administradora S/A Diretora	53.854.394/0001-01		
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Shorewood S/A Diretora	05.629.235/0001-60		
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	08.470.524/0001-58		
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Susan Jane Mangels Cox Conselheira do Conselho de Administração	011.652.288-74	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
E Koga & Cia Ltda.	01.538.457/0001-17		
Observação			

Administrador do Emissor			
Robert Max Mangels Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	939.718.508-04	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
Tecnopar Administradora S/A Diretor Presidente	53.854.394/0001-01		
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há acordos ou apólices de seguro em vigor.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia segue os preceitos de governança previstos pelo IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

12.13 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da Hay Group, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos se dá da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração que são Diretores são remunerados apenas na função de Diretor.

b) Diretoria:

(b.1) os membros da Diretoria estatutária recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O Programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

- Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro da Mangels para ser considerado elegível.
- No SRV existem 02 indicadores:

- Indicador financeiro Mangels consolidado
- Metas individuais

(b.2) Os membros da Diretoria não estatutária recebem 13 (treze) remunerações por ano, incluindo o 13º salário. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os diretores não estatutários, além do salário mensal, recebem um valor a título de remuneração variável, conforme Programa descrito no item (b.1) anterior.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não é inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2016, 60% corresponde a honorários fixos e 40% a remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral a remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal é reajustada anualmente ou, em prazo menor se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Hay Group.

A remuneração da Diretoria não estatutária é reajustada duas vezes ao ano:

a) considerando a data base e o índice de convenção coletiva da categoria sindical correspondente, e

b) por ocasião da revisão dos valores de mercado elaborado pela Hay Group.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os administradores são remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado. 46

O indicador financeiro EBTIDA foi o indicador financeiro considerado em 2016, bem como será considerado em 2017, para determinação da remuneração variável.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Anualmente o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria é suportada pela Companhia.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.468.157,00	2.240.718,00	256.680,00	4.965.555,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.307.085,00	0,00	1.307.085,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.468.157,00	3.547.803,00	256.680,00	6.272.640,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.463.407,00	1.799.454,00	294.720,00	4.557.581,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.228.661,00	0,00	1.228.661,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.463.407,00	3.028.115,00	294.720,00	5.786.242,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	495.000,00	2.292.430,00	370.800,00	3.158.230,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	618.505,00	0,00	618.505,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	495.000,00	2.910.935,00	370.800,00	3.776.735,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00	3,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	303.600,00	2.236.221,00	370.800,00	2.910.621,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	303.600,00	2.236.221,00	370.800,00	2.910.621,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Membros do Conselho de Administração e Fiscal não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Empresa.

Remuneração variável prevista para o exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 1.307.085	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração .Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

Remuneração variável no exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 998.200	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração .Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

Remuneração variável no exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração		R\$ Zero 2.577.000	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.718.000	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração .Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

Remuneração variável no exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas . Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2014		R\$ Zero 2.596.381 1.730.920 0	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração .Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas . Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2014		- - - -	

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Ações emitidas pela Companhia e detidas em 31.12.2016		
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	24	1.185.104
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	16.666

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Em atenção à sentença proferida no processo nº 2010.5101002888-5, que tramita perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ, movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro, a Companhia deixa de apresentar as informações referidas neste item.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	2016	2015	2014
Conselho de Administração	92%	67%	77%
Diretoria	49%	71%	74%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos três últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Todos os valores referentes a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram reconhecidos no resultado da Companhia.

Todas as informações relevantes já foram informadas nos itens anteriores.

a. Número de empregados

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Unidade Aços - Manaus	20	26	30
Unidade Cilindros (+requalificadoras)	764	776	1.034
Unidade Rodas	987	1.111	1.164
SBC	65	73	66
Total	1.836	1.986	2.294

b. Número de terceirizados

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Unidade Aços - Manaus	7	9	9
Unidade Cilindros (+requalificadoras)	91	109	115
Unidade Rodas	10	13	15
SBC	10	13	15
Total	108	131	139

c. Índice de Rotatividade**Indicadores de RH – Turn Over Geral**

31/12/2016

Colaboradores	Aços - Manaus	Cilindros+Req.	Rodas	SBC	Total
	20	764	987	65	1.836
Demissões	-	103	123	3	229
Turn Over Acumulado 2016	0,00%	8,56%	11,06%	1,35%	11,30%

31/12/2015

Colaboradores	Aços - Manaus	Cilindros+Req.	Rodas	SBC	Total
	26	776	1.111	73	1.986
Demissões	3	191	208	8	410
Turn Over Acumulado 2015	11,01%	15,14%	19,11%	11,36%	19,35%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

31/12/2014

<u>Colaboradores</u>	<u>Aços - Manaus</u>	<u>Cilindros+Req.</u>	<u>Rodas</u>	<u>SBC</u>	<u>Total</u>
	30	1.034	1.164	66	2.294
Demissões	-	432	329	2	763
<u>Turn Over Acumulado 2014</u>	<u>0,00%</u>	<u>45,16%</u>	<u>30,56%</u>	<u>3,85%</u>	<u>34,41%</u>

Todas as informações relevantes foram informadas no item anterior.

a. Política de salários e remuneração variável

POLÍTICA DE SALÁRIOS

1. OBJETIVO

Esta política de REMUNERAÇÃO estabelece critérios, responsabilidades e procedimentos referentes a ajustes nos salários, em razão de enquadramento, mérito e promoção, para colaboradores da Mangels.

2. PREMISSAS

A Mangels tem por filosofia remunerar adequadamente seus colaboradores, em todos os níveis. Para tanto, realiza pesquisas salariais periódicas para identificar a real posição salarial dos diversos cargos no mercado, e assim manter sua competitividade no mercado de trabalho e propiciar a satisfação de seus colaboradores.

Os cargos administrativos são acompanhados e utilizam a metodologia HAY. Para as unidades localizadas fora de São Paulo será aplicado um fator de deflação, estabelecido pela Mangels e Hay, visando à adequação dos salários de cada localidade à tabela Hay, que é de abrangência nacional. Os cargos operacionais utilizam pesquisas regionais, tendo em vista a menor mobilidade dos mesmos.

3. ABRANGÊNCIA

Esta política aplica-se a todos os colaboradores da Mangels, administrativos e operacionais, inclusive aqueles que ocupam cargos executivos.

4. DEFINIÇÕES

A base é o mercado: Todos os salários da Empresa são fixados e ajustados de acordo com o que o mercado pratica, sendo que todo colaborador deve estar no mínimo a 80% da faixa mínima do seu cargo, exceto nos casos dos colaboradores admitidos ou promovidos há menos de 2 anos. Não é recomendável salários acima de 110% da faixa do respectivo cargo.

- Descrição de Cargo: é o conjunto formado pela descrição das tarefas executadas pelo ocupante do cargo, bem como as suas responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho adequado de sua função;

O gestor é responsável em atualizar as descrições de cargo dos colaboradores de sua equipe de acordo com as funções desempenhadas e de preencher o formulário quando tratar-se de um novo cargo; O RH é responsável pela avaliação do cargo e definição do GS – Grupo Salarial.

- Cargo: é o conjunto de funções substancialmente idênticas quanto à natureza das tarefas executadas e às especificações exigidas dos ocupantes;

- Função: é o agregado de tarefas atribuídas a cada colaborador;

- Avaliação do Cargo: é a valorização da Descrição de Cargo com a conseqüente pontuação, obtida através do “Quadro Guia Hay” (cargos executivos & administrativos) e critério interno de pontuação para cargos operacionais;

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

É de responsabilidade do RH em conjunto com a Consultoria Hay Group pontuar o cargo conforme Quadro Guia Hay quando se tratar de cargos Executivos e Administrativos e através do Manual Interno de Pontuação para cargos Operacionais. A somatória dos pontos constitui o equilíbrio interno. Quanto maior o seu valor, maior sua importância na estrutura.

- Quadro Guia Hay: são tabelas que analisam e pontuam os três elementos necessários de um cargo: know-how, processo mental e responsabilidade por resultados;
- Pontuação: é valor numérico da avaliação do cargo e traduz o grau de complexidade e importância interna;
- Classificação do Cargo: é a distribuição por grupos ocupacionais, o posicionamento do cargo junto a outros que se assemelham quanto à natureza, importância e valorização. A classificação é definida conforme a pontuação alcançada na avaliação. O cargo é classificado em um dos 20 grupos que constituem a estrutura de cargos da MANGELS.
- Grupo Salarial: é o conjunto homogêneo de cargos, mesmo de natureza diferente, com pontuação semelhante e mesma faixa salarial;
- Faixa Salarial: é o parâmetro salarial para todos os cargos, limitada a valores mínimos (80%) e máximos (120%). Cada grupo corresponde a uma única faixa salarial e são atualizadas conforme pesquisa salarial Hay (para cargos administrativos e executivos) e nas datas de dissídios coletivos (cargos operacionais).
- Pesquisa Salarial: é realizada periodicamente por consultoria externa. Para cargos operacionais participam da pesquisa empresas concorrentes e/ou empresas da região (conforme definição do RH e Diretoria da Divisão). Para cargos administrativos e executivos as empresas fazem parte do mercado Global da Hay.
- Remuneração: é o processo que envolve todas as formas de pagamento ou de recompensas dadas aos colaboradores.
- Remuneração básica (salário mensal): é o ponto de partida da evolução salarial. Não corresponde necessariamente ao mínimo da faixa, tendo em vista o critério abaixo:
 - 80% Início no cargo, baixo domínio da função;
 - 90% Médio domínio da função;
 - 100% Domínio total da função, atendendo plenamente os requisitos do cargo;
 - > 100% Excede aos requisitos do cargo (prontos para promoção)
- Remuneração Variável / Indireta: é a recompensa extra, oferecida aos colaboradores, podendo estar vinculada a metas individuais ou coletivas da empresa. Ex: PLR, Bônus, Comissões, Benefícios, etc.
- Aumento Salarial: é um incremento salarial a qualquer título, alterando-se a base de cálculo, independente de mudanças no cargo;

O aumento salarial é decorrente de enquadramento, promoção ou mérito de um colaborador na respectiva faixa salarial.

O aumento salarial não é compensado nos reajustes coletivos periódicos (acordo coletivo, dissídio, antecipação etc), devendo ser incorporado ao salário;

O aumento salarial por evolução não implica em alteração do título do cargo ou aquisição de benefícios adicionais.

Não é permitido o aumento salarial no mês de acordo coletivo, seja ele por motivo de enquadramento, promoção ou mérito.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

5. DIRETRIZES

5.1. Aumento por Enquadramento:

É um incremento salarial, objetivando que seja atingido o inicial da faixa (80%) de seu grupo salarial correspondente. Este aumento é limitado a 20%, sendo concedidos a cada 4 meses, até que o colaborador esteja enquadrado no mínimo da faixa.

5.2. Aumento por Mérito:

É um incremento salarial, para que o mesmo caminhe nas faixas de 80% à 100% de seu grupo correspondente. Para que ocorra este aumento salarial é necessário que o ocupante apresente aprimoramentos em seus conhecimentos, habilidades e entrega de resultados, destacando-se dos demais ocupantes deste cargo.

O aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de 6 meses, nos casos em que o colaborador esteja entre 80% e 100% de sua faixa, e o percentual máximo de aumento é de 15%.

Para os casos em que o colaborador esteja entre 100% e 120% de sua faixa, o aumento por mérito deve obedecer a um intervalo mínimo de 12 meses, e o percentual máximo de aumento a ser concedido será de 10%.

Embora as tabelas de salários cheguem até 120% da faixa, a recomendação é que cada gestor administre os salários de sua área, entre 80% e 100%, podendo chegar ao máximo em 110% em casos especiais.

5.3 Promoção:

É a alteração funcional de um colaborador, que implica na sua evolução, de um grupo salarial para outro superior. Ex: GS 6 para GS 7.

A promoção se efetivará a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal.

O Aumento decorrente da promoção poderá ser no máximo de 25%. Após este primeiro aumento, nos casos em que o colaborador ainda permaneça abaixo dos 80% de sua faixa salarial, para que este patamar seja atingido deverá ser observada a regra de ENQUADRAMENTO, acima descrita.

Atingido o grau mínimo (80%) da nova faixa, o desenvolvimento salarial para as demais faixas será idêntico ao praticado pelo Aumento por Mérito.

Caso o colaborador tenha recebido aumento por mérito ou enquadramento em período inferior a 6 meses, este poderá receber outro aumento no momento da promoção, desde que a soma dos dois não ultrapasse 25%.

Toda promoção depende fundamentalmente da existência de uma vaga ou de um processo de senioridade no cargo, visando o crescimento profissional, a valorização e o reconhecimento dos nossos colaboradores, sem qualquer preconceito quanto à raça, religião, sexo e etc.

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Toda e qualquer promoção do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

Para os demais cargos, toda e qualquer promoção deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

5.4 Admissão

Todo colaborador deverá ser admitido respeitando o limite mínimo de 80% do grupo salarial. Caso haja outros colaboradores com salários inferiores, deverá ser considerado este salário como base para admissão, a fim de respeitar o equilíbrio interno.

Os colaboradores operacionais para as áreas produtivas, deverão preferencialmente ser admitidos com o cargo de Auxiliar de Produção no Grupo Salarial 1 com 85% da faixa salarial.

Após 06 meses este será avaliado pelo superior imediato e se considerado apto, deverá ficar a 90% da faixa salarial

Após 01 ano da admissão, se houver vaga disponível, será elegível a promoção para o cargo de acesso, ficando em 80% da faixa salarial, desde que atenda os requisitos mínimos do cargo, tenha avaliação de desempenho com média mínima de 2,8 e índice de absenteísmo dentro dos objetivos da Empresa.

Caso haja mais de um candidato apto para a promoção será respeitado o critério de pontuação nos requisitos acima.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (diretor e gerente) deverá ter assinatura da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação do Presidente.

Toda e qualquer admissão do grupo EXECUTIVO (supervisor) deverá ter assinatura do Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade, da área de RH local e aprovação do RH Corporativo.

Para os demais cargos, toda e qualquer admissão deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato), do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e aprovação da área de RH local.

5.5 Transferência de Cargo:

Entende-se por transferência, a mudança de um colaborador de um cargo para outro, do mesmo grupo salarial;

Todo e qualquer processo de transferência deve ser previamente autorizado pelas Gerências envolvidas em conjunto com RH, antes de qualquer comunicação ao colaborador em questão;

Não há carência para a efetivação da transferência de cargo, podendo a mesma ocorrer a qualquer tempo, entendendo-se que a mesma só será efetivada a partir do 1º dia do mês, ou em casos especiais a partir do 1º dia do mês subsequente à decisão formal;

Não será permitida qualquer transferência de cargo que implique em rebaixamento de grupo salarial, mesmo que se mantenha a situação salarial anterior.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

6. PROCEDIMENTO

- 6.1. Os salários nos casos de admissão ou promoção quando maior do que de um colaborador que seja mais antigo no cargo deverá ser aprovado pelo RH Corporativo juntamente com a Diretoria da Divisão.
- 6.2. É de extrema importância que todos os reajustes salariais (promoções, enquadramentos, méritos) estejam previstos no ORÇAMENTO ANUAL da empresa (estabelecendo um percentual sobre a folha de pagamento nominal de dezembro, destinada a atender todas estas possíveis alterações).
- 6.3. Todo e qualquer aumento de salário do grupo EXECUTIVO deverá ter as aprovações da área de RH Corporativo, do superior imediato, do Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e do Presidente.
- 6.4. Para os demais cargos, todo e qualquer aumento salarial deverá ter assinatura do requisitante (superior imediato) e as aprovações do Supervisor e/ou Gerente, Diretor ou Gerente Geral da Divisão ou Unidade e da área de RH local.
- 6.5. Para qualquer alteração funcional (promoção, transferência, etc), o gestor deverá preencher o formulário: ALTERAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS.

O formulário deverá conter todos os campos devidamente preenchidos e assinaturas / aprovações.

Toda promoção ou transferência de cargo deverá conter avaliação do Médico do Trabalho, dependendo da autorização do mesmo para sua efetivação;

Compete ao gestor, após confirmação do RH, informar o colaborador sobre a alteração.

7. EXCEÇÕES

Eventuais necessidades de práticas divergentes a esta política deverão ter a aprovação do RH Corporativo.

8. VIGÊNCIA

A presente política vigorará por prazo indeterminado.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

SISTEMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

FINALIDADE

Formalizar um programa de compensação do desempenho dos executivos dentro do programa de participação nos resultados da empresa.

PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Presidente, Diretor, Gerente, Supervisores, Coordenador e Especialistas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

DESENHO DO PROGRAMA

O programa é composto por dois campos de análise:

- a. Metas Individuais
- b. Metas Globais

NOMENCLATURA POSIÇÃO	Meta		TARGET SAL
	Financeira Global	Individual	
PRESIDENCIA	60%	40%	10
DIRETORIA	50%	50%	7
GERENCIA	50%	50%	4
SUPERVISÃO	50%	50%	3
COORDENAÇÃO / ESPECIALISTAS I /EXECUTIVOS CTAS	40%	60%	1,5

RESULTADO DAS METAS INDIVIDUAIS

O desempenho do participante será avaliado com base no resultado alcançado nas metas específicas do programa.

Conhecidos os resultados, o desempenho do participante será avaliado de maneira global e classificado na faixa de % correspondente ao atingimento da mesma.

RESULTADO FINANCEIRO DO NEGÓCIO

Na ocasião do encerramento do plano, serão apurados os resultados correspondentes a cada objetivo do Negócio, e calculado EBTIDA GERAL DAS UNIDADES.

VALOR DO PRÊMIO (PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS)

O valor final do prêmio será a somatória dos valores de Metas Individuais + Metas Globais

PAGAMENTO

O pagamento do valor do prêmio correspondente a este poderá ser pago até o mês de março do ano seguinte, deduzidas as antecipações do PLR.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**b. Benefícios**

Benefícios	Níveis					
	Oper.	Adm.	Coord.	Sup.	Ger.	Dir.
Assistência Odontológica						
Assistência Médica						
Alimentação						
Transporte						
Seguro de Vida						
Automóveis						
Bolsa de Estudos						
Previdência Privada						
Remuneração Variável						
PLR						
Check up						
Empréstimo Social						

Legenda: benefícios oferecidos

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

A empresa não adota esse tipo de remuneração aos empregados não administradores.

A Companhia goza de um bom relacionamento com os sindicatos.
As negociações buscam o equilíbrio entre os interesses da Companhia e dos colaboradores.

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Antonio Farina						
064.559.088-64		Não	Não			
Não						
0	0,000000%	300.000	8,070000%	300.000	5,190000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
André Ricardo Beim						
855.768.408-87		Não	Não			
Não						
0	0,000000%	270.700	7,280000%	270.700	4,680000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Mangels S.A.						
50.604.750/0001-40	Brasileira-SP	Não	Sim	01/06/2016		
Não						
2.065.672	99,920000%	55	0,000000%	2.065.727	35,720000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Robert Max Mangels						
939.718.508-04		Não	Não			
Não						
	24	0,000000%	881.949	23,730000%	881.973	15,250000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Caixa Economica Federal						
00.360.305/0001-04	SP	Não	Não	01/06/2016		
Não						
	0	0,000000%	479.422	12,900000%	479.422	8,290000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
José Antonio Bortoluzzo Neto						
039.819.088-72	Brasileira-SP	Não	Não	01/06/2016		
Não						
	0	0,000000%	400.000	10,760000%	400.000	6,920000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	1.547	0,080000%	1.383.843	37,260000%	1.385.390	23,950000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	2.067.243	100,000000%	3.715.969	100,000000%	5.783.212	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mangels S.A.				50.604.750/0001-40		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Robert Max Mangels						
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
0	0,000000	1.000	0,014000	1.000	0,008000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Tecnopar S.A						
53.854.394/0001-01	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
Não						
5.133.792	100,000000	7.093.000	99,986000	12.226.792	99,992000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
5.133.792	100,000000	7.094.000	100,000000	12.227.792	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01	
Anita Mangels					
Não		Não			
117.002.592	20,682000	0	0,000000	117.002.592	20,682000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniel A Chinellato					
Não		Não			
12.728.853	2,250000	0	0,000000	12.728.853	2,250000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Raphael A Chinellato					
Não		Não			
12.728.853	2,250000	0	0,000000	12.728.853	2,250000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tecnopar S.A				53.854.394/0001-01		
Shorewood S.A						
05.629.235/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
Não						
397.808.796	70,318000	0	0,000000	397.808.796	70,318000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Silvia Regina A Chinellato						
		Não	Não			
Não						
25.457.706	4,500000	0	0,000000	25.457.706	4,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
565.726.800	100,000000	0	0,000000	565.726.800	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60	
Mark Ross Mangels					
939.718.428-87	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
2.727.955	33,333000	0	0,000000	2.727.955	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Robert Max Mangels					
939.718.508-04	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
2.727.955	33,334000	0	0,000000	2.727.955	33,334000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Susan Jane Mangels Cox					
011.652.288-74	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
2.727.955	33,333000	0	0,000000	2.727.955	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Shorewood S.A				05.629.235/0001-60		
TOTAL						
8.183.865	100,000000	0	0,000000	8.183.865	100,000000	

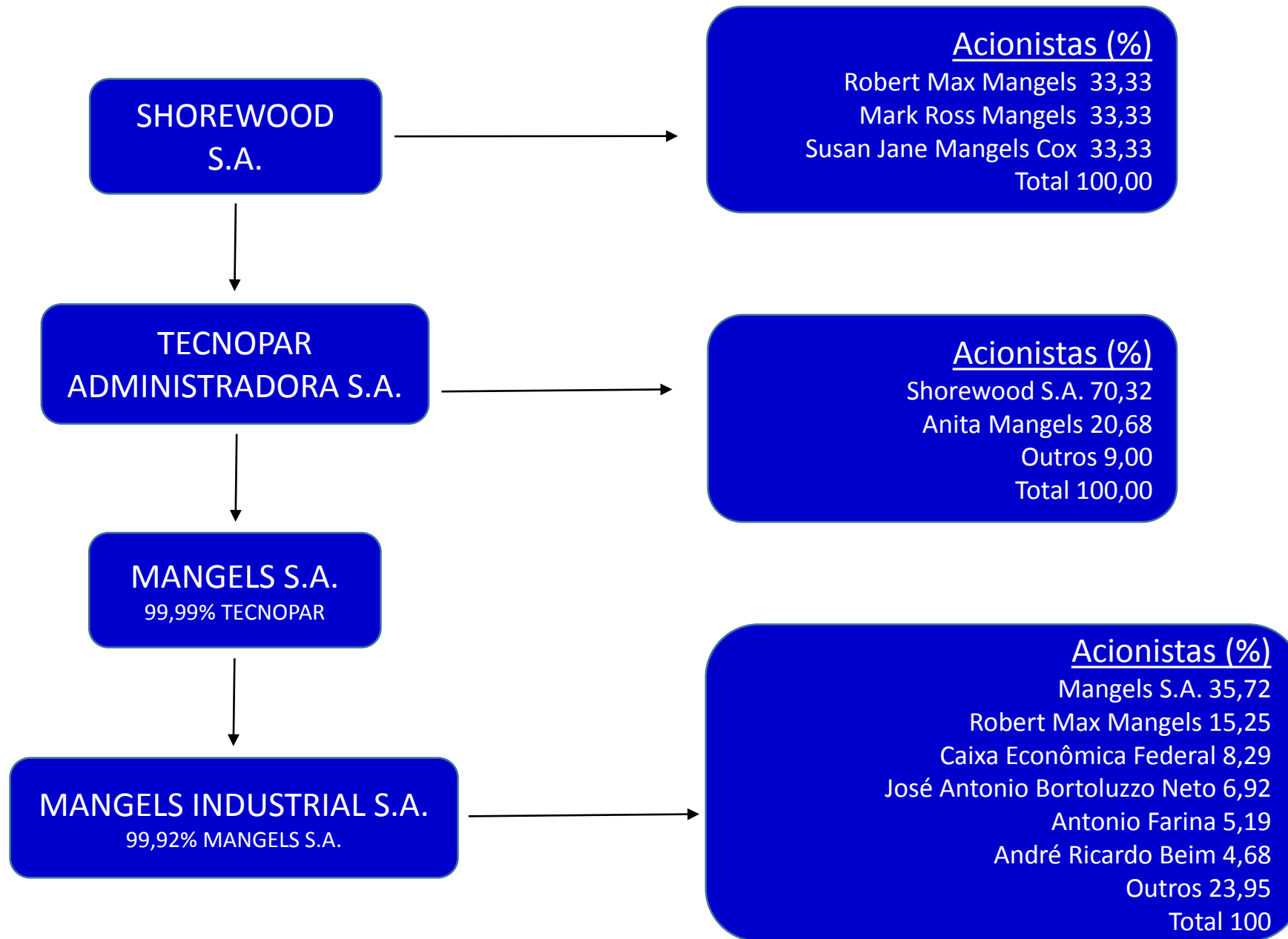
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.001
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	26
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	6

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.547	0,080000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	2.530.810	68,110000%
Total	2.532.357	43,790000%



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Encerrou-se em 28/12/2012 a vigência do Acordo de Acionistas entre a Companhia e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Não há outros Acordos de Acionistas do qual a Companhia ou o controlador sejam partes.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Evidenciamos o aumento na participação no capital da Companhia pelo Sr. Robert Max Mangels. Em 31 de dezembro de 2016, detinha 23,73% das ações preferenciais e 15,25% do total das ações.

15.7 - Principais operações societárias

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram operações societárias descritas neste ítem.

15.8 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas e a Companhia são sempre realizadas com a observância dos preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Empresa.

Sobre saldos de mútuo, resultante da política centralizada de caixa da Companhia, incidem encargos de mercado. Estes contratos não apresentam prazo de vencimento.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
E. Koga & Cia.Ltda.	31/12/2016	0,00	1.687.167,13 - A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não há cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mangels Componentes da Amazonia Ltda	31/12/2016	0,00	16.509.826,48 - A receber	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Abertura de linha de crédito recíproca destinada ao desenvolvimento das atividades.						
Garantia e seguros	Não ha cláusula e garantia de seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	É facultado as partes rescindir o contrato a qualquer tempo.						
Natureza e razão para a operação	Todas as informações relevantes foram mencionadas acima.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas observam as disposições legais, em especial o artigo 245 da Lei 6404/76, que estabelece: “Os administradores não podem, em prejuízo da companhia, favorecer sociedade coligada, controladora ou controlada, cumprindo-lhes zelar para que as operações entre as sociedades, se houver, observem condições estritamente comutativas, ou com pagamento compensatório adequado; e respondem perante a companhia pelas perdas e danos resultantes de atos praticados com infração ao disposto neste artigo”.

Os contratos estabelecem a incidência de juros sobre o saldo devedor, calculados pela variação dos Certificados de Depósito Bancário – CDI.

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
01/06/2016	171.272.996,71		2.067.243	3.715.969	5.783.212

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais, não houve aumento de capital.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
29/04/2016	6.201.730	11.147.908	17.349.638	2.067.243	3.715.969	5.783.212

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital nos três últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias terão direito a dividendos. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias tem o direito de reembolso de capital, respeitando que as ações preferenciais terão prioridade.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores
<hr/>	
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais terão direito a dividendos, observando-se que as preferenciais terão as seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; b) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza. Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os acionistas tem direito, em cada exercício, a dividendos de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes não descritas nos tópicos anteriores

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não limita o direito de voto de acionistas ou os obriga a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não prevê exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.017	2,07	1,98	R\$ por Unidade	2,04
30/06/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.749	2,70	2,47	R\$ por Unidade	2,57
30/09/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.213	4,12	3,80	R\$ por Unidade	3,83
31/12/2016	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.375	3,75	3,75	R\$ por Unidade	3,75

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.590	1,95	1,92	R\$ por Unidade	1,92
30/06/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	238.197	3,48	3,00	R\$ por Unidade	3,18
30/09/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	180.000	3,00	3,00	R\$ por Unidade	3,00
31/12/2015	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.425	2,85	2,85	R\$ por Unidade	2,85

Exercício social 31/12/2014

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.964	1,80	1,71	R\$ por Unidade	1,77
30/06/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	52.395	2,37	2,25	R\$ por Unidade	2,31
30/09/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.575	2,40	2,25	R\$ por Unidade	2,34
31/12/2014	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	78.468	1,53	1,38	R\$ por Unidade	1,41

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram emitidos outros valores mobiliários pela Companhia.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Companhia são negociados na BM&F BOVESPA, sendo suas ações ordinárias negociadas sob o código “MGEL3” e suas ações preferenciais negociadas sob o código “MGEL4”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Os valores mobiliários da Companhia não são admitidos à negociação em mercado estrangeiro.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Nos últimos três exercícios sociais não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos últimos três exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram mantidos valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**14/06/2002****Cargo e/ou função**

Diretor Presidente, Diretor de Finanças e Administração, Diretor de Relações com Investidores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal

Principais características e locais de consulta

1. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, aprovar a política de negociação das ações de sua emissão por ela própria, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária. 1.1. A política de negociação referida no item 1 não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, e deverá contar com a adesão expressa das pessoas mencionadas no item 1 que queiram dela se beneficiar, as quais deverão observá-la estritamente.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

1. Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.

1.1. A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

1.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a vedação do item 1 se aplica também aos administradores que se afastem da administração da companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

1.3. A vedação do item 1 também prevalecerá :

a. se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e b. em relação aos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia pela própria companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

1.4. Também é vedada a negociação pelas pessoas mencionadas no item 1 no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) da companhia.

1.5. As vedações previstas nos itens 1, 1.1, 1.2 e 1.3, letra "a" deixarão de vigorar tão logo a companhia divulgue o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.

1.6. A vedação prevista no item 1 não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral. 2. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública através da publicação de fato relevante, o conselho de administração da companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram mencionadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Política de divulgação e uso de informações sobre atos ou fatos relevantes, da qual destacamos as seguintes normas:

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM OFERTAS PÚBLICAS

1. Imediatamente após deliberar realizar oferta pública que dependa de registro na CVM, o ofertante deverá divulgar a quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, as condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta, nos termos do item 1 do Tópico II da Política de Divulgação.

1.1. O disposto no item 1 não se aplica ao procedimento de análise preliminar confidencial para pedidos de registro de distribuição pública de valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

1.2. Caso a realização da oferta pública esteja sujeita ao implemento de condições, fica o ofertante obrigado a divulgar aviso de fato relevante, sempre que tais condições se verificarem, esclarecendo se mantém a oferta, e em que condições, ou se ela perderá sua eficácia.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

1. O adquirente do controle acionário de companhia aberta deverá divulgar fato relevante e realizar as comunicações de que trata o item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, na forma ali prevista.

1.1. A comunicação e a divulgação referidas no item 1 deverão contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, bem como um breve resumo acerca dos setores de atuação e atividades por ele desenvolvidas;

II - nome e qualificação do alienante, inclusive indireto, se houver;

III - preço, total e o atribuído por ação de cada espécie e classe, forma de pagamento e demais características e condições relevantes do negócio;

IV - objetivo da aquisição, indicando, no caso do adquirente ser companhia aberta, os efeitos esperados em seus negócios;

V - número e percentual de ações adquiridas, por espécie e classe, em relação ao capital votante e total;

VI - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia;

VII - declaração quanto à intenção de promover, ou não, no prazo de um ano, o cancelamento do registro da companhia aberta; e

VIII - outras informações relevantes referentes a planos futuros na condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover na companhia, em especial reestruturação societária envolvendo fusão, cisão ou incorporação.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

1. Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à companhia, através do Diretor de Relações com Investidores, e este à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições (modelos de comunicação – Anexos II e III) da Política de Divulgação.

1.1. A comunicação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e qualificação do comunicante, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

II - quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e

III - forma, preço e data das transações.

1.2. Os diretores, os membros do conselho de administração, os membros do conselho fiscal e os de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão efetuar a comunicação de que trata o item 1 imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período.

1.3. As pessoas naturais indicarão, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE, E SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CONTROLADORES E ACIONISTAS

1. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deve enviar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, assim como divulgar, nos termos do item 1 do tópico II, da Política de Divulgação, declaração contendo as seguintes informações:

I - nome e qualificação do adquirente, indicando o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

II - objetivo da participação e quantidade visada;

III - número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada;

IV - número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e

V - indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

1.1. Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual referido no item 1 deste tópico, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

1.2. As obrigações previstas nos itens 1 e 1.1 se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários ali mencionados.

1.3. A comunicação à CVM, e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, será feita imediatamente após ser alcançada a participação referida no item 1 deste tópico.

1.4. As pessoas mencionadas no item 1 deste tópico também deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais valores mobiliários mencionados neste tópico, ou de direitos sobre eles, a cada vez que tal alienação ou extinção atingir o percentual referido no item 1.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

1.5. A CVM poderá autorizar a dispensa da divulgação pela imprensa, em face do grau de dispersão das ações da companhia no mercado, e da declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da sociedade, desde que assegurada a efetiva publicidade por meio de divulgação julgado satisfatório pela CVM.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A divulgação de ato ou fato relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento. Dessa forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

A Instrução CVM 358/02 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Determinou que é de competência do Conselho de Administração a adoção de política de divulgação de ato ou fato relevante, contemplando procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas. Atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante.

DEFINIÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

I - na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados;

II - na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários;

III - na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia ou a eles referenciados.

2. Observada a definição no item 1, são exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, dentre outros, os seguintes:

I - assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;

II - mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;

III - celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;

IV - ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;

V - autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;

VI - decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta;

VII - incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas;

VIII - transformação ou dissolução da companhia;

IX - mudança na composição do patrimônio da companhia;

X - mudança de critérios contábeis;

XI - renegociação de dívidas;

XII - aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;

XIII - alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia;

XIV - desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

XV - aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

XVI - lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

XVII - celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

XVIII - aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

XIX - início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

XX - descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia;

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

XXI - modificação de projeções divulgadas pela companhia;

XXII - requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

DEVERES E RESPONSABILIDADES NA DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

1. Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

2. Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

2.1. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que o fato não precisa ser divulgado, e, após expor suas razões, não convencer a pessoa que reportou o fato e solicitou sua divulgação poderá:

I – para evitar dúvidas ou questionamentos, e desde que não exista motivo significativo que suporte atitude contrária, divulgar o fato;

II – se entender que existe motivo significativo para não divulgar o fato, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, sendo certo contudo que a decisão final caberá ao Diretor de Relações com Investidores por ser ele o responsável indicado na Instrução CVM 358/02;

III – se decidido que o fato não será divulgado, a pessoa que inicialmente reportou o fato terá o direito de, entendendo ser injustificada a decisão de não divulgação, comunicar o fato à CVM de modo a eximir-se de responsabilidade.

2.2. Se o Diretor de Relações com Investidores entender que é necessário solicitar exceção à CVM por conta de risco à companhia em caso de divulgação, poderá consultar previamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente Executivo e eventualmente solicitar parecer de advogados, cabendo, contudo sempre ao Diretor de Relações com Investidores decidir se deve ou não ser solicitado regime de exceção à CVM. Se, entretanto, a pessoa que reportou o fato entender que não é caso de regime de exceção poderá proceder conforme disposto no item 2 do tópico III da Política de Divulgação.

3. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

3.1. A divulgação deverá se dar através de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - Internet, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

3.2. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação resumida referida no item anterior, devem ser feitas de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

4. Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a eles referenciado, o Diretor de Relações com Investidores deverá

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

5. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação.

5.1. Caso os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação simultânea em mercados de diferentes países, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios em ambos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

5.2. Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o ato ou fato relevante, solicitar, sempre simultaneamente às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

5.3. A suspensão de negociação a que se refere o item anterior não será levada a efeito no Brasil enquanto estiver em funcionamento bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado de outro país em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, e em tal bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado os negócios com aqueles valores mobiliários não estiverem suspensos.

6. Cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.1. Somente é permitido mencionar o ato ou fato relevante quando estritamente necessário no curso dos negócios da companhia. Neste caso, as pessoas para as quais são transmitidas a informação devem ser imediatamente avisadas do sigilo envolvido.

6.2. Aquele que transmitir informações relevantes ainda não divulgadas em função de necessidade no curso dos negócios da companhia poderá, além de avisar sobre o sigilo envolvido, solicitar que os destinatários da informação assinem declaração por escrito nesse sentido.

7. É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários.

8. A Companhia deverá comunicar formalmente os termos da Política aos acionistas controladores e às pessoas que ocupem ou venham a ocupar as funções referidas no item 2 delas obtendo a respectiva adesão formal, em instrumento que deverá ser arquivado na sede da companhia enquanto a pessoa com ela mantiver vínculo, e por cinco anos, no mínimo, após o seu desligamento.

8.1. A Companhia deverá manter em sua sede, à disposição da CVM, a relação de pessoas mencionadas no item 2 e respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

8.2. A política de divulgação de informações poderá ser consultada no site da Companhia (www.mangels.com.br) e também no site da CVM (www.cvm.gov.br).

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia, possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.